

Propostas para uma Lisboa Melhor

(um programa eleitoral que o não é)

Eleições Intercalares 2007-2009

Contribuições:

*Bernardo Ferreira de Carvalho
Carlos Leite de Sousa
Filipe Mónica
Hugo de Oliveira
João Mineiro
Nuno Santos Silva
Nuno Valença
Paulo Ferrero*

(Julho de 2007)

I. Linhas Gerais	pág. 3
II. Intervenções de Reabilitação / Requalificação	pág. 5
1. Lisboa, Cidade de Bairros: Alvalade.....	pág. 5
2. Lisboa, Cidade de Bairros: Bairro Azul.....	pág.7
3. Ajuda: Palácio, Envolvente e Tapada	pág. 9
4. Avenida da Liberdade: O Passeio Público.....	pág.11
5. Convento e Bairro da Graça	pág.15
6. Príncipe Real: Mais Vivo, Cuidado e Bonito.....	pág.16
7. Castelo de São Jorge: Acesso e Colina Oeste	pág.18
8. Paço do Lumiar.....	pág. 20
9. SOS Avenidas Novas	pág. 22
10. SOS Av. Almirante Reis.....	pág. 24
III. A Nossa Baixa-Chiado	pág. 26
IV. Símbolos ao Abandono.....	pág. 34
V. Zonas de Oportunidade.....	pág. 38
VI. Acesso à Zona Ribeirinha.....	pág. 39
VII. Mobilidade e Segurança.....	pág. 41
VIII.Comércio Tradicional.....	pág. 44
IX. Cultura, Lazer e Educação.....	pág. 45
X. 15 Medidas Para Uma Lisboa Mais Estética.....	pág. 47
XI. É preciso começar a debelar a «Lisboa Deprimente	pág. 49
XII. Questionário de resposta obrigatória	pág. 61

I. Linhas Gerais:

1. A CML deve pautar-se por uma **Gestão Planeada**, participada, transparente, competente e permanentemente sufragada; pugnando por uma interacção permanente com as forças vivas da cidade, a começar pelos ... cidadãos.
2. A CML deve reassumir o **PDM** como instrumento privilegiado de orientação estratégica e de gestão do dia-a-dia, não descurando intervenções casuísticas quando necessário, mas evitando, sempre, a promoção do loteamento, urbanizar *ad-hoc* e novos guetos.
3. A CML dever ter como principal preocupação o **Bairro**, em contraponto ao conceito ao condomínio fechado (de vários tipos), pugnando pelo espaço de proximidade ao cidadão (comércio, serviços do Estado, equipamentos culturais, escolas, centros de saúde, esquadras, etc.).
4. A CML deve consubstanciar na prática o **Plano Verde**, começando por garantir a efectiva manutenção e consolidação dos corredores verdes (ex. Avenida da Liberdade-Colina do Toren-Colina do Príncipe Real), parques urbanos (Bela Vista – renegociando, no mínimo, o acordo/protocolo com o “Rock-in-Rio”, uma vez que o mesmo nem sequer tem vindo a ser cumprido! - e Monsanto – afastando o clube de tiro!), e Parque Periférico (preservando as quintas de Carnide, Lumiar, etc.), bem como a eficaz protecção dos logradouros, implementando, em sede de revisão do regulamento do PDM, um limite superior aos 20% actuais e não abaixo disso (como era expresso no projecto de revisão da câmara cessante!).
5. A CML deve encetar de imediato os procedimentos necessários a que no final deste semi-mandato, Lisboa disponha, finalmente, de um **Regulamento do Espaço Público**, compreendendo este um sistema informático, operacional e interactivo que permita a identificação/gestão/ manutenção/ preservação/substituição de elementos do quotidiano: mobiliário urbano, iluminação pública, publicidade, logradouros, jardins, miradouros, passeios, massa arbórea, elementos espúrios dos edifícios, pavimento das ruas, sinalização, etc.
6. A CML deve fazer valer a voz de Lisboa e dos seus cidadãos nos planos de actividade dos 3 três operadores do Estado que partilham a gestão da cidade, a saber: **Administração do Porto de Lisboa, Carris e Metropolitano de Lisboa**, para que sejam garantidos valores básicos de uma cidade que se pretende do séc.XXI, como sejam, respectivamente, o acesso e fruição da frente ribeirinha (do Poço do Bispo a Algés), um plano de expansão da linha de Metro em continuado (e não a conta gotas, ou ao sabor das empreitadas do momento, sincronizando, por outro lado, o tempo de chegada e partida das composições nos interfaces do marquês - linhas Amarela/Azul-, Baixa-Chiado–linhas Azul/Verde-, Alameda–linhas Verde/Vermelha - e Campo Grande – linhas Amarela/Verde), e carreiras de autocarros e de eléctricos consentâneas com uma capital europeia (não poluentes, confortáveis, rápidas e alargadas a toda a cidade).
7. A CML deve, de uma vez por todas, inverter o rácio «construção nova/**Reabilitação**», dando ela própria o exemplo, apostando ao mesmo tempo na habitação e não em mais terciarização.

8. A CML deve, em termos de **Reabilitação Urbana**, preservar os elementos de valor arquitectónico, a começar pelos classificados e/ou inventariados, sem nunca esquecer, contudo, as condições de conforto e habitabilidade que se pretendem modernas e atractivas ao incremento da população residente e a residir. Nos bairros históricos, contudo, essa preservação não pode desvirtuar o património em causa.
9. A CML deve ser pró-activa na reclamação da **manutenção dos equipamentos e dos serviços do Estado na cidade de Lisboa**, que este pretende vender, em especial hospitais e escolas, e deve acompanhar de muito perto a alteração de uso que venha a existir noutros equipamentos, em especial quartéis, conventos e palácios, caso a caso, a fim de evitar a descaracterização da cidade e a destruição de património.
10. A CML deve criar um **Conselho Consultivo** composto de historiadores, urbanistas, especialistas em ambiente, mobiliário urbano, iluminação pública, artes e espectáculos, transportes, mobilidade, finanças, acção social, etc. a quem deverá consultar e seguir as respectivas conclusões, antes de levar avante toda e qualquer decisão em urbanizar, reabilitar ou requalificar.

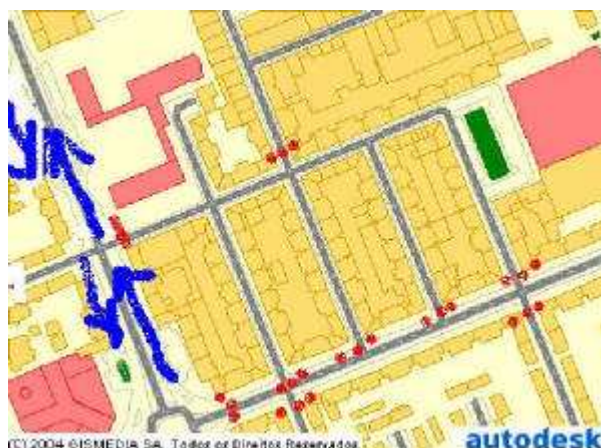
II. Intervenções de Reabilitação /requalificação

1. Lisboa, Cidade de Bairros: Alvalade

O objectivo é fazer deste bairro, em particular da Avenida da Igreja, um "caso de sucesso", englobando-o numa solução integrada com a requalificação total da Avenida de Roma.

Medidas:

1. **Fecho do trânsito na Avenida da Igreja**, troço Pç. Alvalade – Av. Rio de Janeiro, reservado a moradores, comerciantes e cargas e descargas;
2. **Fecho do trânsito nas perpendiculares**, nomeadamente a norte, na Rua Luís Palmeirim (Escola Eugénio dos Santos), junto à Av. Roma, e na R. Centro Cultural/R. Acácio Paiva (junto à Av. Rio de Janeiro), e a sul nos "T" e nas ruas que desembocam na R. Maria Amália Vaz de Carvalho (Liceu Rainha Dona Leonor);
3. **As carreiras da Carris** que passam actualmente por esse troço da Av. Igreja **devem desviar-se para a Avenida Brasil** (sentido Pç. Alvalade Av. Rio Janeiro), subindo a Avenida de Roma e entrando mais à frente na Av. Rio de Janeiro, onde continuarão os seus trajectos. No regresso, em vez de entrarem na Avenida da Igreja, deverão fazê-lo pela Rua Marquesa de Amorna (junto ao Liceu Rainha Dona Leonor), voltando à Pç. Alvalade, pela Avenida de Roma;



4. A mobilidade dos cidadãos dentro da zona restrita será assegurada por viaturas "Porta-a-Porta";
5. Criação de **parque de estacionamento público subterrâneo**, no terreno camarário contíguo ao Mercado de Alvalade (onde João Soares quis colocar os "feirantes" da Pç. Espanha), com capacidade para 500 automóveis, entrada e saída pela Av. Rio de Janeiro;
6. **"Pedonalização"** do troço da Avenida da Igreja **fechado ao trânsito**, com a duplicação dos passeios laterais, abertura de esplanadas das dezenas de cafés e restaurantes existentes; uniformização de separadores entre esplanadas, toldos, mobiliário exterior, etc;
7. **Abertura de cafés e esplanadas do lado poente do Mercado**, no largo composto pela junção de R. José Duro/R. Luís Palmeirim, que permitam a existência de uma verdadeira praça, onde existe um espaço verde que urge requalificar e proteger da construção do parque de estacionamento subterrâneo em fase de aprovação na CML;

8. Requalificar o Mercado de Alvalade, alargando o seu horário de abertura ao público, com manifestações culturais que revitalizem aquela zona durante a noite, domingos e feriados (ex. concursos gastronómicos, quermesses, abertura de ateliers, etc.);



9. Fazer respeitar a lei no que se refere ao uso dos logradouros, e construção de marquises;
10. Arborização de todas as perpendiculares à Avenida da Igreja, com espécies adequadas.

Paralelamente, a Avenida de Roma deve também ser alvo de uma profunda requalificação desde a Avenida Brasil à Praça de Londres, de modo a evitar que esta avenida se torne numa via rápida de periferia. Como?

1. Pelo reperfilamento (alargamento e alinhamento) dos passeios;
2. Pela implementação de lombas e outra medidas de redução de velocidade;
3. Pela reformulação do tempo de semaforização
4. Pela harmonização do desenho da calçada desses passeios;
5. Pela renovação e reformulação das fileiras de candeeiros;
6. Pela eliminação do separador central;
7. Pela efectiva existência de corredores BUS;
8. Pela arborização integral dos passeios, de forma harmoniosa e com as espécies adequadas;
9. Pela reformulação das esplanadas;
10. Pela requalificação das marquises;
11. Pela criação de esplanada no topo Norte do jardim do Lg. S. João de Deus, na Praça de Londres.

2. Lisboa, Cidade de Bairros: Bairro Azul

O objectivo é tornar este bairro, em vias de classificação como Imóvel de Interesse Municipal mas com problemas graves de conservação e de má recuperação do edificado, com trânsito e estacionamento caóticos, e quase sem árvores; naquilo que já foi: um bairro de excelência.

Medidas:

1. Intimação aos proprietários de cerca de 30 prédios para que recuperem as fachadas, coberturas e traseiras (mau uso dos logradouros, escadas de incêndio e fachadas em péssimo estado, etc.). Consideramos como prioritários os prédios N° 6 e 18, da Rua Fialho de Almeida; N° 3, 5, 14, 17, 18, 19, 21 e 37, da Avenida Ressano Garcia; N°s 13, 18, 19, 29 e 35., da Avenida Ramalho Ortigão; e N°s 179, 191 e 199, na Avenida António Augusto de Aguiar.

Atenção: Atentado ao património no n° 191 (Av. Ant° Augusto de Aguiar)



Este magnífico prédio está a ser objecto de vandalização pelo proprietário desrespeitando as regras impostas pelo processo de classificação do Bairro Azul. O caso já foi denunciado à CML, pois as obra não estavam autorizadas, mas o facto é que o portão de acesso as traseiras já foi destruído e a zona das garagens já sofreu danos irreversíveis. HÁ QUE IMPÔR A LEI.

2. Solicitar ao IGESPAR a participação directa na elaboração dos respectivos cadernos de encargos, e o acompanhamento no terreno, de modo a que nenhuma das intervenções seja mal feita (ex. materiais, técnicas e procedimentos).
3. Devolver a cor azul ao bairro, isto é, obrigar os proprietários dos prédios objecto de classificação, a pintarem de azul as respectivas persianas.
4. Reclamar a requalificação paisagística da área a Sul da Av. Ressano Garcia e Rua Fialho de Almeida, com alargamento dos passeios, plantação de mais árvores, com estacionamento disciplinado e esplanadas mais amplas.
5. Reclamar o trânsito condicionado na Av. Ressano Garcia e Rua Fialho de Almeida, tal qual o Bairro Alto devido à pressão exercida por força da presença do SAMS; El Corte Inglês, Mesquita e Centro de Negócios (Totta + BNC), em conssoância com a Comissão de Moradores do Bairro Azul/S.O.S. Bairro Azul.
6. Reclamar a requalificação dos impasses entre Av.Ressano Garcia e R. Fialho de Almeida, e Av.Ressano Garcia e Av.Ramalho Ortigão com construção de estacionamentos subterrâneos

em exclusivo para moradores, e plantação de relvado e árvores à superfície para fruição como pátios interiores.

7. Harmonização das esplanadas a nível do mobiliário, guarda-sóis e marquises dos estabelecimentos de restauração.
8. Substituição dos perfis de alumínio inestéticos e inapropriados das janelas e portas dos prédios das zonas abrangidas pela zona de protecção.
9. Reclamar a plantação de árvores na Rua Ramalho Ortigão.
10. Garantir a manutenção do comércio tradicional que ainda resta no bairro, a começar pela mercearia do Bairro Azul, em risco de ser descaracterizada com a remoção das prateleiras e mobiliário em madeira originais, por outros em alumínio e vidro, supostamento por imposição das normativas comunitárias;
11. Protocolo com a Universidade Nova com vista à fruição pública dos jardins do Palácio Mendonça e conhecimento ao público do próprio palacete.

3. Ajuda: Palácio, Envolvente e Tapada

Queremos recolocar a Ajuda no mapa de Lisboa!

É urgente pôr em prática um Plano de Pormenor da área envolvente ao Palácio da Ajuda, mas um PP substancialmente diferente para melhor do aprovado pelo executivo cesante (autoria Arq.Byrne), que consideramos gravoso em muitos aspectos, pois traduz-se na prática pelo abate da Alameda dos Pinheiros, defesa da Via da Meia-Encosta como solução para o problema do trânsito, além de que promove a construção de condomínios a sul do palácio, que não só servem de obstáculo ao sistema de vistas como são contrários à malha urbana do local. Um Plano de Pormenor que abranja as seguintes componentes:

1. Intervenção no próprio palácio.
2. Recuperação da zona ardida do Palácio Nacional da Ajuda. Há demasiado tempo que se aguarda por essa intervenção. Convém recordar que se trata de um palácio nacional e da sala de visitas de Estado.
3. Finalização do lado Norte do Palácio da Ajuda. Praticamente todos os 10 anos se faz um plano de pormenor, se faz um projecto e se anuncia o começo do remate final do palácio. Mas tudo continua como dantes. Que se debata profusamente a solução encontrada e que se arranque com as obras, S.F.F.
4. Reconfiguração das actividades do próprio palácio, enquanto ponto turístico que se traduzam numa maior fruição do público das alas monumentais e dos jardins; através da organização de um programa contínuo de exposições e iniciativas culturais mobilizadoras e da libertação de alguns serviços do Estado.
5. Intervenção na zona circundante ao Palácio a nível da requalificação da área, e recuperação de património e mobilidade dos cidadãos:
 - Recuperação do degradado "Jardim das Damas";
 - Recuperação da torre sineira "Galo da Ajuda";
 - Libertação/reutilização do "Paço Velho", hoje com ocupação militar;
 - Libertação/reconversão cultural da "Sala de Física", hoje com habitação;
 - Condicionamento de trânsito no Largo da Ajuda;
 - Recuperação e valorização dos jardins à volta do palácio;
 - Requalificação da zona do "Rio Seco", verdadeira chaga paisagística (ver proposta Os Verdes, aprovada em AML).
6. Maximizar o efeito proximidade de zonas de importante valia cultural e turística, de Belém à Tapada da Ajuda, Monsanto e Santo Amaro, com a criação de ciclovias, circuitos pedonais e turísticos que possibilitem um melhor usufruto não só do Jardim Botânico, como da Tapada da Ajuda, Pavilhão de Exposições, Instituto de Agronomia e do próprio Parque de Monsanto; inclusive o estabelecimento de protocolo com o Observatório Astronómico da Ajuda, com vista a uma melhor divulgação, conhecimento e utilização do mesmo.
7. Intervenção de fundo na Tapada da Ajuda, de modo a:
 - Acabar com a proliferação de autorização de construção, anárquica e sem qualquer respeito pelo ordenamento da tapada;
 - Recuperação dos lagos, circuitos e espaços lúdicos hoje abandonados (ex. zona Palácio de Exposições)
 - Revitalização do Observatório Astronómico.
8. Apoio ao Belém Clube, compreendendo a recuperação e programação do belíssimo "teatrino" da Calçada da Ajuda;

9. Alargamento do percurso do eléctrico nº 18 (R.Alfândega - Cemitério da Ajuda) criando uma bifurcação na Calçada da Ajuda/Belém, permitindo assim uma maior mobilidade a quem se queira deslocar no "arco" Belém Calçada da Ajuda Palácio da Ajuda – Monsanto Tapada da Ajuda – Calçada do Galvão - Santo Amaro.
10. Intervir em 3 casos escandalosos de património ao abandono nesse "arco" Belém-Ajuda-Santo Amaro: antigas cocheiras do Palácio Valle Flor, no Alto de Santo Amaro, Quinta das Águias e Palacete da Ribeira Grande, ambas na Junqueira.



11. Apoio à revitalização efectiva do Atlético Clube de Portugal como pilar social de toda uma comunidade, pólo mobilizador da juventude. Já é tempo do Atlético ser tratado ao nível dos 3 grandes de Lisboa. Há equipamentos a renovar, necessidades a satisfazer, e muitos projectos por iniciar.

4. Avenida da Liberdade: O Passeio Público

Queremos relançar os 1.276 metros da Avenida de Liberdade como local de passeio e diversão, por excelência, mas também local de residência e serviços, enfim, o “boulevard” de Lisboa.



A Avenida já não tem nem 10% da traça e da qualidade de vida dos tempos dos nossos pais. Porquê?

- Porque 90% do edificado antigo já não existe e os 10% que faltam estão em risco de desaparecerem;
- Porque a habitação deu lugar a escritórios;
- Porque se respira mau ar e se ouve ruído em demasia;
- Porque das salas de espectáculo (Capitólio, Maria Vitória, ABC, Variedades, Tivoli, São Jorge, Condes, Odéon, Olympia e Éden) que a faziam viver apenas resta um Tivoli telenovelesco e um São Jorge a meio gás;
- Porque a Avenida está «emparedada» por automóveis, semáforos, etc., que não permitem aos lisboetas o seu usufruto, para passearem, nem sequer gozarem da vizinhança do Jardim Botânico ou das Portas de Santo Antão, e dos jardins do Torel e de São Pedro de Alcântara;
- Porque a Avenida não tem «chama própria».

Por isso é urgente intervir na Avenida da Liberdade aos níveis seguintes:

Mobilidade

1. «Pedonalização» das faixas laterais asfaltadas, permitindo uma maior interligação entre a zona arborizada da Avenida (Marquês-Restauradores) e os passeios laterais, feitos de hotéis, miradouros e zonas de diversão, a revitalizar, ex. Praça da Alegria (Ritz Club, Hot Clube), Parque Mayer (cuja transformação em jardim, recuperando o Capitólio seria a hipótese mais sensata), e Portas de Santo Antão (Atheneu, Odéon, Casa do Alentejo, Palácio da Independência, etc.), com a instalação de esplanadas, etc.
2. Alargamento das placas centrais, com estreitamento das faixas de rodagem para duas vias de trânsito condicionado a partir do Marquês de Pombal, onde passarão a circular única e exclusivamente autocarros não poluentes, táxis, moradores, cargas e descargas e serviço de hotel

(A sul dos Restauradores, isto é, no Rossio, Rua 1º Dezembro, Calçada do Carmo, etc.,

O trânsito ficará também:

- Condicionado a táxis, moradores, cargas e descargas ... OU

- Sujeito a portagem (cobrança cara e dissuasora) a não residentes, reduzindo-se drasticamente o número de automóveis.
- As ruas poderiam ser todas em empedrado e não se corria o risco de asfixiar a Baixa. Desta forma os hábitos seriam alterados e eventualmente mais tarde o trânsito poderia ser todo cortado (excepto cargas e descargas, táxis e moradores).
- As carreiras de autocarro que actualmente passam pelo Terreiro do Paço, Praça da Figueira e Rossio, passarão a circular pela Rua da Madalena (sentido ascendente) e Rua dos Fanqueiros (sentido descendente).

**Não faz sentido continuar a ter o trânsito que temos no
Rossio, Rua do Ouro, Rua da Prata e Terreiro do Paço**

3. Por sua vez, no hemisfério Norte da Avenida, o trânsito circulará transversalmente como até aqui, pela Rua das Pretas/Praça da Alegria, Rua Barata Salgueiro, Rua Alexandre Herculano. As ruas Rosa Araújo (troço Avenida/Rua Mouzinho da Silveira) e Salitre (a partir da Rodrigo da Fonseca) ficarão condicionadas da mesma forma que a Sul dos Restauradores.
4. «Pedonalização» da Rua de São José, desde a Rua Barata Salgueiro até ao Largo da Anunciada, incluindo Rua dos Condes, com excepção para moradores, cargas e descargas, e táxis, permitindo-se assim libertar um corredor pedonal quase contínuo desde a Rua Augusta até ao Marquês.
5. Maximização das potencialidades dos elevadores da Glória e do Lavra, este último enquanto transporte privilegiado para a magnífica zona que compreende o Jardim do Torel, Campo Mártires da Pátria, Calçada da Pena, etc.
6. Lançamento de passe "eléctrico-elevador-museu".

Património e Lazer

1. Lançamento de concurso de ideias para quiosques, esplanadas, coretos, etc. que permitam revitalizar a Avenida durante toda a semana, com iniciativas que fidelizem públicos.
2. Transformação do Cinema São Jorge em sala única, e na "Casa do Cinema Português", onde todos os filmes portugueses tenham estreia obrigatória, bem como cinema português de "reprise". Devem ser estabelecidos protocolos com o ICAM, distribuidores e Cinemateca Portuguesa. A programação do São Jorge deve também estar em sintonia com a dos outros equipamentos da CML, e deve ainda apostar em espectáculos musicais que se adequem à sala. Gestão privada, objecto de concurso nacional.
3. Recuperação do Capitólio, símbolo do nosso Modernismo e elemento de excepcional qualidade, que deve ser respeitado e recuperado, por se tratar de Imóvel de Interesse Público e por ser já propriedade da CML. Deve ser trasladado para outro local de Lisboa, no caso do projecto Franl Gehry avançar. Pode perfeitamente servir de centro de experimentação, exhibir cinema e ter actividades várias ligadas ao teatro e outras artes. Deve ser feito protocolo com a Cinemateca Portuguesa e com 12 encenadores teatrais. Gestão privada, objecto de concurso nacional.



4. Criação da Casa-Museu Alfredo Keil no 2º andar do prédio de esquina Avenida/Praça da Alegria. A CML deve acordando com o proprietário a comparticipação na sua reabilitação para os mesmos fins constantes do actual projecto, desde que seja garantida a concessão à CML da exploração do 2º andar direito, como atelier-museu de Alfredo Keil, andar em que o pintor e músico viveu. A CML deverá entrar em contacto com os herdeiros do mesmo a fim de garantir o indispensável núcleo museológico e espaço de memória, em colaboração com a Sociedade de Belas Artes e o Conservatório Nacional. Gestão proposta: Centro Nacional de Cultura.
5. Dinamizar a zona envolvente do Jardim do Torel, por exemplo através da criação do "percurso Wenceslau de Moraes", e da divulgação do imenso património existente na zona, a começar pela belíssima Igreja da Pena.
6. Congregar esforços com os herdeiros e quem de direito, no sentido de se desenvolver uma Fundação Duque de Saldanha, de capitais públicos e privados, com vista à recuperação do Palácio da Anunciada, jardins e anexos (edifício imediatamente a norte do Atheneu), e ao desenvolvimento de estudos e debates daquela eminente figura da nossa história.
7. Intervenção urgente no belo edifício do Atheneu Comercial de Lisboa, e respectiva colina, no sentido de dignificar aquela instituição histórica, mormente a nível da gestão, recuperação e reordenação do espaço e das actividades (*neste momento está em curso um Plano de Pormenor da Colina do Atheneu, cujos termos de referência convém analisar, uma vez que há o perigo de esventramento do espaço verde da colina, e dos jardins suspensos do palácio do ponto 6*)
8. Aquisição (expropriação?) e recuperação fiel do Cinema Odéon, como "Casa do Cinema Independente", respeitando integralmente o seu interior e o seu exterior, isto é, deve repôr os vidros coloridos das galerias exteriores, deve reabrir o segundo balcão, deve repor os telões exteriores e deve reactivar o tecto de abrir; complementando essa aposta com teatro "chave na mão", "merchandise" direccionado e cibercafé na loja anexa. Gestão privada, de preferência alguém já com provas dadas na exibição de cinema independente (porque não a Zero em Comportamento?).

Porquê? Porque o Odéon é o único exemplar lisboeta de salas de espectáculo dos anos 20 com motivos Arte Déco; porque o Odéon está em vias de classificação pelo IGESPAR como IIP; porque o Odéon está a arruinar-se a cada dia que passa (dados os vidros partidos da clarabóia; e o facto de estar fechado há quase 10 anos); e porque o Odéon se encontra à venda desde que fechou. Por isso, a CML deve exercer o seu direito de preferência.



Foto: Expresso

Mas, também, porque pela sua tela passaram clássicos do mudo e do sonoro, a preto e branco e a cores, de Fritz Lang a Tod Browning, passando por Sergei Eisenstein, George Cukor e Frank Capra, só para falar de alguns. E o seu pequeno palco foi pisado por variadíssimos actores e cantores, portugueses e estrangeiros, com realce para Laura Alves, Lola Flores, Hermínia Silva, António Calvário e Madalena Iglésias

9. O **Parque Eduardo VII** é também um espaço desaproveitado, praticamente só é visitado auquando da Feira do Livro. Trata-se de um espaço com potencial para a realização das seguintes actividades:

- Criação de uma Prova Challenge (ciclismo e atletismo), que aproveite a morfologia do parque;
- Criação de circuito de Manutenção;
- Aproveitamento de Anfiteatro para peças de Teatro ao Ar Livre;
- Realização de Animações ao Ar Livre (parede de escalada provas de orientação);
- Reabilitação URGENTE do Pavilhão Carlos Lopes em pavilhão multi-usos;
- Criação de programas de visitas de estudo orientadas às escolas da região sobre fauna e flora;
- Promoção de Feiras Temáticas (Flores, Animas de estimação, etc);
- Melhoria da segurança (ex. iluminação ao nível do solo);
- Organização de ateliers ao ar livre de pintura e poesia para adultos (ex. em parceria com a Universidade da terceira idade).

5. Convento e Bairro da Graça

- O Convento da Graça é Monumento Nacional;
- O Convento da Graça é um imóvel imponentíssimo e está inserido numa zona das mais bonitas e movimentadas de Lisboa;
- O Convento da Graça desfruta de uma situação privilegiada em termos de localização;
- O Convento da Graça continua, na sua maioria, a ser um espaço ao abandono, com apenas 1.200 dos seus 7.000 m² ocupados, e cerca de 20.500 m² de área descoberta ao desleixo;
- O Bairro da Graça necessita de mais atenção no que toca à habitação e à reabilitação urbana, oferta de transporte público, estacionamento automóvel, etc.

Medidas:

1. Convento da Graça

- Negociar com o Ministério da Defesa a cedência do edifício a título definitivo.
- Proceder à recuperação do convento com vista à instalação da Orquestra Metropolitana de Lisboa, de forma definitiva.
- Reservar parte do espaço conventual para ensino em regime de semi-internato, uma vez que há que apostar na formação de jovens músicos do interior do país.
- Incrementar a utilização do miradouro, claustro e igreja para concertos.

2. Bairro da Graça

- Negociação com a Carris do lançamento de uma linha de metro ligeiro de superfície, de pequeno porte, que permita a ligação rápida e não poluente entre Largo da Graça-Av. Gen. Roçadas-Paiva Couceiro – Av. Afonso III- Estação Santa Apolónia;
- Assumir as recomendações do PDM no sentido de reaver para a Graça o Cine Royal como pólo cultural, como defendido, aliás, pela Junta da Graça;
- Instalação de sistema de controlo de trânsito semelhante ao já instalado em Alfama, Bairro Alto, Bica e Castelo: Largo da Graça / R. Damasceno Monteiro, R.Voz do Operário / Calçada S.Vicente, Calçada da Graça / Largo Rodrigues de Freitas;
- Reabilitação do Jardim da Calçada do Monte requalificação do espaço: com instalação de bancos e do arranjo do jardim;
- Criação de um silo-auto no terreno da EPUL, na Rua Damasceno Monteiro, no baldio pouco antes do restaurante “Via Graça” (e NÃO depois deste, como tem sido propalado, já que inviabilizaria por completo o sistema de vistas); ou, em alternativa, aproveitando o Quartel da Graça (com entrada ao fim da mesma rua ... aliás, o mesmo já serve para estacionamento ... de alguns), ou, por último, e muito mais plausível: construção de silo no mercado do Forno do Tijolo (já tem espaço de estacionamento, inclusive).

6. Príncipe Real: Mais Vivo, Cuidado e Bonito

A Praça do Príncipe Real é um dos locais mais bonitos de Lisboa e com maior história, no entanto é também um local onde existem vários conflitos que urge resolver:

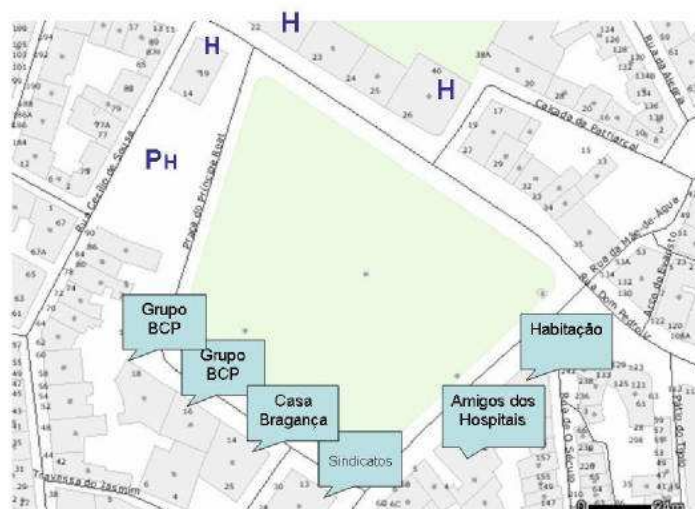


- Um trânsito infernal na Rua da Escola Politécnica e nas perpendiculares da praça, versus uma calma paradisíaca dentro do perímetro do Jardim França Borges;
- Uma elevada concentração de edifícios de imenso valor patrimonial (alguns devolutos, e quase todos desconhecidos dos lisboetas) *versus* uma taxa de habitação em decrescendo;
- Ausência de "bolsas de estacionamento" *versus* a desactivação da carreira de eléctrico nº 14.
- O Príncipe Real tem vários dos seus palacetes em adiantado estado de degradação;
- O Palacete Ribeiro da Cunha está em risco de ser desvirtuado e ver os seus jardins mutilados para sempre;
- As faixas de rodagem no topo Norte parecem uma avenida;
- A mobilidade dos transportes públicos é reduzida;
- O estacionamento é diminuto;
- Existe a ameaça séria de construção de um parque de estacionamento subterrâneo em redor do jardim!

Por isso propomos as seguintes medidas e iniciativas:

Património

1. Cancelar o actual projecto de reconversão do Palacete Ribeiro da Cunha (nº 26) em hotel de charme (proj. do Arq.Emauz, projecto aprovado pelo executivo cessante, mas devolvido em boa hora pela AML), promovendo negociações com o proprietário no sentido de, em alternativa, manter o projecto de hotel de charme para o edifício principal mas abstendo-se de intervir nas antigas cavalariças e pombal;
 - Substituição da zona de hotel projectada para as traseiras do palacete, pela criação de extensão no(s) palacete(s) nº 2022 e 19, propriedade, respectivamente, do Banco de Portugal e do Ministério da Economia (INETI);
 - Exploração mista do jardim (hotel + Jardim Botânico) e abertura de ligação ao futuro Parque Mayer;
 - Comprometer-se a conceder o estacionamento junto a este último, para serviço de hotel.



2. Intimar os proprietários privados no sentido de procederem à recuperação do edificado, em especial os dos palacetes Barão de Santos nº 14) e Faria (nº 23), propriedade, respectivamente, da Casa de Bragança e dos Amigos dos Hospitais, pelo estado em que se encontram;
 - Iniciar negociações com os outros proprietários dos imóveis circundantes com vista à recuperação imediata dos palacetes António Ferreira de Carvalho (Pç. Príncipe Real, nº 13 / R. do Jasmin, nº 28 30 / R. da Palmeira, nº 2, actualmente com escritórios de vários sindicatos), Palacete Alenquer (Pç. Príncipe Real, nº 1 / R. do Século, 171, propriedade privada), Palacete dos Viscondes de Penalva (Pç. do Príncipe Real, nº 15 17, propriedade do Grupo BCP), classificados pela DGEMN e IGESPAR.

Mobilidade



1. Reposição urgente do eléctrico nº 14 (linha Cais do Sodré – Amoreiras).
2. Condicionamento do trânsito no topo Noroeste, e perpendiculares a Sul, com instalação de sistema similar ao do Bairro Alto.
3. Criação de bolsa de estacionamento à superfície, em exclusivo para residentes, nos topos sul e poente da praça.

7. Castelo de São Jorge: Acesso e Colina Oeste

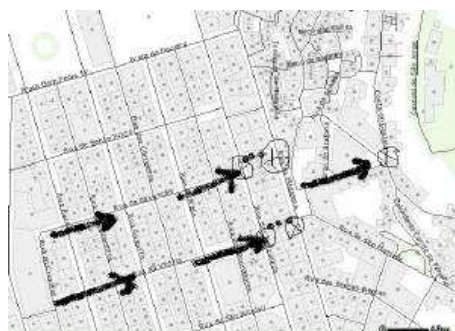
Depois da polémica à volta do Elevador do Castelo nunca mais se ouviu falar nos acessos ao Castelo, que continuam difíceis para quem os calcorreia a pé ou de automóvel, e escassos em termos de oferta de transporte público (pouco frequentes e inadequados), para já não falar na crónica falta de estacionamento. Por isso cada vez mais se sente a necessidade de revitalizar aquela zona tão bonita de Lisboa, com imensos motivos de interesse para quem lá vive e para quem a quer conhecer;

Por outro lado, a CML cessante pretendia transformar o antigo Mercado do Chão do Loureiro (basicamente, um mono) em mais um autosilo (objectivamente, outro mono).

Há escassíssimos espaços verdes na Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço.

O valor patrimonial mais valioso daquela zona, o Palácio da Rosa e Igreja de São Lourenço, propriedade da CML, está a precisar de obras urgentes, e neste momento está à venda com vista à instalação de um hotel de charme (o que nem sequer faz muito sentido uma vez que a 500 mt. de distância, se pretende o mesmo para o Antigo Convento de Corpus Christi, na Rua dos Fanqueiros).

1. Lançamento de concurso com vista à criação e monitorização de um sistema de escadas rolantes, que possibilite à população a continuação do acesso a pé, desde a saída da estação de Metro da Baixa-Chiado, passando pelas Rua da Vitória ou Rua da Assunção, pela construção de lanços de escadas rolantes no interior de dois edifícios camarários da Rua dos Fanqueiros e da Rua da Madalena. Trata-se de uma solução estética, mais barata e de fácil exequibilidade técnica, em que se garante a solidez das estruturas dos prédios. Com esta aposta, não só se facilita o acesso da população e dos turistas ao Castelo, como se combate o uso do automóvel e se atrai mais público para equipamentos culturais tão importantes como o teatro romano ou o Taborda, por exemplo.



2. Demolição do Mercado do Chão do Loureiro e construção de um parque de estacionamento subterrâneo, se possível, dadas as condicionantes de subsolo. Em ambos os casos, a abertura de um jardim, permitindo que as habitações e as esplanadas da encosta possam usufruir de vistas amplas é a melhor opção. Condicionamento de trânsito à superfície.
3. Instalação de escadas rolantes nas Escadinhas do Chão do Loureiro.



4. Reanalisar o processo do Palácio da Rosa, uma vez que os seus actuais donos são agora proprietários do quarteirão da Pastelaria Suíça estando por isso desinteressados do Palácio Rosa. Avaliação de solução alternativa, como por exemplo a instalação de um espaço museológico numa ala do Palácio da Rosa, e libertar a restante zona para pequena unidade hoteleira de qualidade superior. Trata-se de uma solução perfeitamente viável, pelas condições e localização do palácio, que trará mais valias assinaláveis para aquela zona de Lisboa, que bem merece.
5. Instalação de lanço de escadas rolantes nas escadinhas do Largo da Rosa.

8. Paço do Lumiar

Em Lisboa ainda há horizontes sem betão em altura!

Basta estar-se no Paço do Lumiar por breves instantes para nos apercebermos das razões porque tanto fidalgo resolveu construir os seus palácios por aquelas bandas. Parece que não é Lisboa, mas é. E por ser cabe a todos nós cidadãos por Lisboa, denunciar publicamente o estado lastimável em que o mesmo está, e o perigo por que passam os seus últimos espaços nobres e verdejantes ainda incólumes.

Por isso, pedimos à CML um Plano de Pormenor urgente para a zona, que faça do Paço do Lumiar um oásis de turismo de qualidade dentro da selva de betão e asfalto da periferia de Lisboa! Um oásis que compreenda a zona entre o Museu do Traje e o Largo de São Sebastião. Como?

Património:

- Dignificando a zona fronteiriça ao Museu do Traje (Lg. Júlio de Castilho e casario devoluto);
- Incrementando a promoção dos Museus do Traje e do Teatro, que continuam marginalizados em termos de visitantes;
- Valorizando a Igreja de São Baptista e envolvente;



- Requalificando o Largo de São Sebastião, reabrindo a capela manuelina; recuperando a casa onde viveu e morreu Cesário Verde; impedindo o projecto de condomínio privado da Quinta de São Sebastião («Quinta do Cunhal») de destruir o valioso jardim, recorde-se, projecto pioneiro do Arq.Ribeiro Teles;



- Investindo na recuperação e fruição pública da Quinta da Nossa Senhora da Paz, propriedade da CML (ex-divisão de Núcleos Dispersos da Reabilitação Urbana), que está ao abandono e a ser selvaticamente vandalizada nos seus magníficos azulejos; e que recentemente foi objecto de tentativa de venda (em boa hora suspensa por iniciativa da AML)
- Estabelecendo como prioridade o investimento em comércio e artesanato de tradição nas lojas existentes no Largo do Paço e vizinhanças (vide vila de Azeitão);
- Criação do "circuito do azulejo", com permissão de entrada/bilhete nas várias quintas existentes.

Mobilidade:

- Requalificando o cruzamento com a Av. Padre Cruz com criação de barragem verde ("cotovelo verde");
- Dignificando o acesso ao Cemitério do Lumiar, abrindo arruamento a Sul da Azinhaga das Lajes/ Av. Pe. Cruz, e descongestionando o acesso pela Rua do Algueirão;
- Restringindo a circulação automóvel entre a Rua do Algueirão-Estrada do Lumiar-Rua Direita-Largo São Sebastião-Estrada do Paço do Lumiar e a Azinhaga da Torre do Fato, com excepção de residentes e comerciantes;
- Remodelando a rede de carreiras de autocarros, quer a nível dos circuitos (especial destaque para os acessos entre o bairro do Vale do Forno, o Paço do Lumiar e Telheiras), quer da dimensão dos autocarros, com a introdução de minibus "amigos do ambiente";
- Instalação de mini-comboio turístico, com partida e chegada do largo fronteiriço ao Museu do Traje e percurso até ao Largo de São Sebastião.

Espaços verdes:

- Estabelecendo corredores verdes pedonais e ciclovias entre esta parte do "Parque Periférico" (Carnide, Lumiar, Ameixoeira) e Telheiras;
- Requalificando visualmente o antigo aterro sanitário do Vale do Forno;
- Valorizando as azinhagas, as hortas e o imenso património florestal existente.

9. S.O.S. Avenidas Novas

É urgente que a CML intervenha nas Avenidas Novas, sobretudo nas transversais às Av. Duque de Loulé Av. Fontes Pereira de Melo e à Av. República /Av.Cinco de Outubro, mas não só, evitando a destruição dos últimos edifícios originais desta zona e contribuindo para a preservação da memória da cidade dos princípios do século XX.

Face à aprovação do Plano de Cérceas para a Avenida da República pelo executivo cessante e pela CCDR-LVT, que poderá ser a machadada final naquela avenida (pois vai permitir enormidades na futura urbanização da Feira Popular, elevar muitos dos prédios actuais de entre os 130 edifícios abrangidos - com acréscimo o de edificabilidade de 44%, com mais 77.327m², através do crescimento das cérceas... a que corresponderá, obviamente, um encaixe de 18 milhões € para a CML em benefícios) e um grave precedente para as Avenidas Duque de Loulé, Almirante Reis, Cinco de Outubro, etc., etc.

As Avenidas Novas são um tecido consolidado, rico em testemunhos de valor patrimonial, que criam um ambiente urbano próprio e que devem ser preservados: ecletismo, arte-nova, deco, modernismo são expressões arquitectónicas que marcam estes bairros de fins do século XIX, princípio do século XX.

Encorajar a reabilitação desses edifícios é o único caminho que permitirá a Lisboa manter alguns dos valores pelos quais ela é procurada, pelo que apesar das muitas demolições, o inventário municipal de Imóveis e Conjuntos Edificados tem ainda extensas listas de edifícios com valor patrimonial reconhecido, listas que só pecam por defeito, e que cabe a todos PRESERVAR:

- Avenida Fontes Pereira de Melo, quarteirão da Casa-Museu Anastácio Gonçalves, cujo estado actual, escandaloso e diz bem da inoperância da CML face à especulação imobiliária (*é preciso reprovar o projecto Torre Compave/Boffil*);
- Avenida Duque de Loulé, N^os 126 a 124,N^o 83,N^os 94 a 86,N^o 36;
- Avenida Cinco de Outubro N^o 15 (prédio ainda habitado, com pormenores Arte Nova, incluindo magníficos azulejos, entretanto vandalizados), N^o279;
- Rua BernardoLima N^o64 (exemplar com resquícios Arte Nova , uma das ex-residências de Salazar)a N^o 58;
- Avenida Elias Garcia N^o 67 a N^o 75 (edifícios modernistas, já muito maltratados)
- Avenida Visconde Valmor N^o40,N^o43,N^o51aN^o59;
- Rua Pinheiro Chagas N^o 28 (belíssimo edifício)
- Rua Latino Coelho N^o 31 (*idem*)
- Avenida da República N^o 46 (teve, em período eleitoral, painel da CML anunciando a sua recuperação, N^o71 a N^o75 (*idem*), N^o91 a N^o97

Trata-se, na sua quase totalidade, de edifícios de bela traça, saídos da prancha dos mais afamados arquitectos daqueles anos e são prédios que fazem parte, muitos deles, das bases de dados da

DGEMN e do IGESPAR. Apesar disso, contudo, estão devolutos há anos e anos, nunca viram os seus proprietários serem obrigados a fazer obras de recuperação, e em vez disso, têm visto ser autorizados escandalosamente pedidos de demolição e de construções novas.

É tempo de parar

Assim pedimos à CML que,

- Respeitando o antigo PDM, não conceda mais nenhuma licença de demolição nas Avenidas Novas, (com o a vergonhosa demolição do N° 9 da Rua Latino Coelho, junto à Maternidade Alfredo da Costa), proceda à listagem dos edifícios a serem reabilitados, e usando o seu poder de intimação e obras coercivas, leve a que as obras se façam, esclarecendo os proprietários que, seu benefício recuperar os prédios, face a nova lei do arrendamento e que percam a ideia de enriquecer com nova construção;
- Termine com os leilões na via pública junto aos edifícios devolutos, promovidos pelas próprias imobiliárias proprietárias que diz bem do estado de anarquia em que a cidade vive desde há vários anos;
- Intervenha no mercado imobiliário, em sintonia com o Governo, de modo a oferecer um pacote de incentivos atractivos para que os proprietários recuperem os prédios para habitação (arrendamento, sobretudo), em vez de escritórios, com o tem sido um a constante nas últimas décadas, pondo fim à excessiva terciarização da zona; relançando de vez o RECRIA;
- Impeça mais mudanças ilegais de uso residencial para comercial e detecte as mudanças já abusivamente concretizadas;

É preciso que a empreitada de abate e substituição de candeeiros e consolas, levada a cabo pelo executivo cessante nas Avenidas Novas, Alvalade, Rato, Rua Castil e adjacentes, e oportunamente suspensa, por força dos protestos dos cidadãos e da AML, seja de facto corrigida, voltando a recolocar-se os exemplares já substituídos, que se encontram, entretanto nos armazéns da CML, e a céu aberto, em Alcântara.

10. S.O.S. Av. Almirante Reis

Os problemas que se verificam na Av. Almirante Reis não têm tido a atenção que a gravidade da situação merece. Esta zona é menos mediática do que o Parque Mayer, o Terreiro do Paço, mas se considerarmos as pessoas residentes nas freguesias que a Almirante Reis atravessa, e nas freguesias vizinhas estamos a falar de 95 mil residentes, 27 mil dos quais com mais de 65 anos segundo os censos do INE, 2001. A somar aos “problemas do costume” em Lisboa (degradação dos edifícios, desertificação, fecho do comércio) a criminalidade faz-se sentir de uma forma assustadora

Diagnóstico

- Esta via, quase pegada à Baixa Pombalina, apresenta o maior grau de degradação existente na cidade em termos de criminalidade;
- Apesar da existência de 6 estações de Metro muito próximas o trânsito é caótico, com um índice de atropelamentos elevado (2ª via em Lisboa com mais atropelamentos em 2006), semáforos com tempo reduzido para atravessamento, inexistência de praças de táxi;
- Degradação dos edifícios, com maior incidência no percurso Martim Moniz/Anjos. Exemplos nº 6, 8, 11, 17, 43 (entretanto demolido), 148, 149 Na zona menos degradada (depois do Jardim dos Anjos até ao Areiro) o que se verifica é o avançar da descaracterização com a construção de edifícios descontextualizados (vide esquina com a Alameda, edifício Centro Comercial Portugália);
- O valioso património do Hospital e Convento de Arroios aguarda a construção de mais um condomínio fechado;
- Em toda a Almirante Reis não há actualmente um Cinema ou Teatro;
- Um dos maiores níveis de insegurança do país: assaltos, prostituição, consumo de droga em plena luz do dia, com maior incidência no percurso entre o Martim Moniz e a Igreja dos Anjos, mas que vai alastrando Avenida acima;
- O dia-a-dia dos moradores de algumas zonas é o crime entrar-lhes pela porta adentro, com crimes à porta de casa, nas escadas do prédio, sendo reféns das casas de onde muitos têm medo de sair. Esta situação inaceitável e é sintomática do que acontece numa zona de continuidade do centro nobre da cidade...;
- O abandono do comércio, que apresenta cada vez menos atractividade dadas as questões de insegurança;
- Desaparecimento de algumas referências da zona: cinema Império e Pathé, Roxy , inúmeras cervejarias e pastelarias de qualidade;
- De realçar a iniciativa do cluster imobiliário, que ainda consegue trazer alguma da vida comercial que resta à Almirante Reis.

Propostas:

1. Pressão junto do MAI para policiamento efectivo e permanente, com especial zona mais crítica – do Martim Moniz ao Intendente.
2. Estabelecimento de corredor bus até ao Areiro .
3. Pressão junto das autoridades (ASAE/MAI) para encerramento de estabelecimentos ilegais, palco ou cúmplices de variados crimes (prostituição, tráfico e consumo de droga, imigração ilegal).
4. Intimação aos proprietários de imóveis degradados para execução de obras, ou encaminhamento para programa de reabilitação.

5. Implementação de um programa de assistência social de forma complementar ao policiamento efectivo da zona.
6. Requalificação do jardim António Feijó (junto à igreja dos Anjos)
7. Negociação com os proprietários de Centro Comercial Portugália e edifício de escritórios adjacentes e Governo para recuperação e utilização daquele espaço estacionamento para residentes.

Onde pára o mega-projecto de recuperação da zona do Intendente, anunciado pelo executivo de Santana Lopes, supostamente em parceria com a Universidade Independente, e nunca levado à prática?

III. A nossa Baixa-Chiado (Avenida incluída)

A Requalificação/Revitalização da Baixa-Chiado foi tema discutido abundantemente durante o ano de 2006. A criação do Comissariado para a Baixa-Chiado e a apresentação do respectivo relatório/Plano terá contribuído para o debate do tema nos vários meios de comunicação, em vários artigos de opinião na blogosfera, etc.

No entanto, fruto das vicissitudes várias a situação permanece na mesma, além de que o relatório/Plano sofria de várias incongruências (centro comercial a céu aberto), dificuldades técnicas (túneis, esventramentos vários) e operacionais (modelo de financiamento), e tinha ainda como *leit motiv* a chamada “Circular das Colinas”, contra a qual lutaremos porque a consideramos inútil, faraónica e de complicada e confusa explicação técnica. Tal como lutaremos contra o esventramento do subsolo na Baixa, seja para efeitos de estacionamento subterrâneo, seja para “linha de metropolitano das colinas”.

Ainda antes da constituição do Comissariado o Fórum Cidadania LX apresentou um conjunto de propostas cujas pertinência, exequibilidade e urgência se mantêm, e que se apresenta de seguida, com a necessária actualização decorrente da passagem do tempo.

Pressupostos:

- Lisboa, Cidade de Bairros, Cidade de Empreendedores;
- Primado do cidadão em relação ao automóvel;
- **A CML tem de dar o exemplo;**
- **A Avenida da Liberdade é o único «boulevard» que resta em Lisboa;**
- **A C.M.L. deve condicionar as opções da Carris, e participar na Administração do Metro e Porto de Lisboa;**
- A candidatura da Baixa-Chiado a património reconhecido e distinguido pela UNESCO é para levar a sério, ie não é para ser uma Sintra II;
- **Há unidades da CML a mais a gerir a Baixa Chiado** (Unidade de Projecto da Baixa-Chiado, Sociedade Reabilitação da Baixa-Chiado, Fundo Remanescente de Reconstrução do Chiado e a Comissão da Candidatura à UNESCO) e existe ainda uma estrutura patrocinada pela CML, a Agência da Baixa-Chiado;
- A zona da Baixa está em acentuado assentamento e deslocamento: ano após ano, apresentando valores preocupantes entre -2,4 mm e +1,7 mm nos últimos anos;
- É tempo de acabar com as experiências e fazer apostas de ruptura, corajosas e que devolvam qualidade de vida a quem vice, trabalha e visita Lisboa.

Eixos Fundamentais:

- **Habituação** (cruzamento de gerações, classe média, reabilitação urbana)
- **Mobilidade** (trânsito, estacionamento, transportes públicos, peões, asfalto)
- **Património** (municipal, classificado, candidatura UNESCO)
- **Cultura** (agentes, oferta cultural, equipamentos, acesso ao Tejo, turismo, comércio e serviços, visão estratégica)
- **Espaços verdes** (jardins, corredores verdes)

Mobilidade

Grandes infra-estruturas a montante do problema:

- É preciso terminar a CRIL, o Eixo Norte – Sul e a 1ª Circular a fim de se reduzir drasticamente o trânsito de atravessamento de Lisboa. A CML deve liderar este processo em sintonia com o MOPTC;
- Criar verdadeiros interfaces de transportes públicos;
- Criar parques de estacionamento dissuasores nos interfaces;

Avenida da Liberdade/Baixa-Chiado

- A Avenida da Liberdade não tem nem 10% da traça antiga; nem os moradores, nem o comércio, nem a diversão, nem a qualidade de vida do tempo dos nossos pais.
- Mas existem vários planos de intervenção para a Avenida da Liberdade e zona envolvente, os quais são apresentados à população, em média, 1 novo Plano de Pormenor por nova vereação. Até agora, contudo, a Avenida mantém desabitada, o ar irrespirável, o estacionamento anárquico e a diversão uma sombra do que era há 25-30 anos. Por isso, é preciso:

1. Condicionar efectivamente o trânsito a partir do Marquês de Pombal até ao Terreiro do Paço.

- Numa 1ª fase, esta zona de circulação condicionada será limitada pela Braamcamp e Duque de Loulé, (N), Castilho, Salitre, Glória, Misericórdia e Alecrim (O) Santa Marta, São José, Fernandes da Fonseca, Santo André, Santa Luzia, Limoeiro (E) Campo das Cebolas, Infante D. Henrique, Cais do Sodré (S);
- Dentro desta Zona o trânsito será destinado exclusivamente a moradores, cargas e descargas, táxis, autocarros não poluentes e eléctricos;
- **Vender licenças de circulação a não moradores** no valor equivalente à diferença entre a capacidade de estacionamento em via pública e parques de acesso público e a necessidade de estacionamento por parte dos moradores;
- **Repavimentar o piso** das Ruas de Santa Marta e São José, Praça da Alegria e Rua das Pretas, Ouro, Prata, Conceição e Fanqueiros.;
- **Restringir a circulação automóvel na Rua do Salitre**, a partir do cruzamento com a Rua Rodrigo da Fonseca, **impedindo a todo o custo a destruição anunciada dos logradouros vizinhos ao Jardim Botânico/Parque Mayer**, com vista à construção de estacionamento subterrâneo, conforme defendido no recente Plano da Avenida da Liberdade (PUALZE);
- **Reduzir as faixas** na placa central da Avenida da Liberdade, Praça D. Pedro IV, Rua do Ouro, Prata, Fanqueiros, e alargamento dos passeios;
- **Libertar integralmente do Terreiro do Paço o trânsito automóvel**;
- **Revitalizar os elevadores da Glória e do Lavra**, com introdução de tarifas bonificadas, passes-culturais, etc.;
- **Reformular o sistema de semáforos e passadeiras para peões**, designadamente ao nível de tempos de passagem e localização – a CML afirma nas Grandes Opções do Plano ter cabimentado 600.000 € em vias pedonais para 2006-2009. Onde? Em quê?

2. «Pedonalizar» a zona compreendido entre a Rua Garrett/Rua Ivens/ Rua Serpa Pinto – Largo do Carmos-Largo Trindade Coelho.

- Levar à prática a ideia do Arq. Alves Coelho, de criação de sistema de **escadas-rolantes de acesso ao Castelo de São Jorge**, através da construção de dois lanços de escadas-rolantes dentro de dois prédios da Rua da Madalena e da Rua dos Fanqueiros. Esta solução não só é

barata, como é estética e permite valorizar equipamentos culturais, a começar pelo Teatro Taborda e pelo teatro romano.

3. Substituir as escadinhas do Chão do Loureiro e do Largo da Rosa por lanços de escadas rolantes.

- Que a CML se posicione junto do Governo de modo a que o processo que tinha vindo a abrir a frente ribeirinha aos cidadãos e à recuperação e reutilização do património aí existente, continue e não regreda, tal como a Administração do Porto de Lisboa pretende, com os obstáculos e restrições que tem vindo a executar nos tempos mais recentes; o que contrasta com a evolução que outros portos europeus têm feito – como é possível a CML estabelecer um protocolo com a APL, não para libertação do espaço ribeirinho, mas para abertura de 2 parques de estacionamento, um em Santa Apolónia e outro no Jardim do Tabaco?

Projectos como o do novo terminal de cruzeiros, em Santa Apolónia, ou os dos edifícios das agências europeias, no Cais do Sodré, ou ainda o do novo terminal fluvial, também no Cais do Sodré são o oposto do que deveria ser a Lisboa do séc.XXI!

- Acabar com a poluição sonora que são os altifalantes debitando decibéis diariamente.

4. Pedonalizar o prolongamento da Rua das Portas de Santo Antão, para a Rua dos Condes e São José e a rua do Arsenal

- É preciso ultimar a abertura da saída da estação de Metro da Baixa-Chiado, prevista para a Rua Ivens, e que se encontra atrasada há quase 10 anos;
- É preciso reabrir a linha 14 de eléctrico (Cais do Sodré-Amoreiras, com extensão ao Largo do Carmo);
- Existem 7.499 lugares de estacionamento, em via pública e parques de acesso público, para apenas 2.677 automóveis de residentes. O que quer dizer que **poderão ser emitidas perto de 5.000 licenças de circulação;**
- Não avançar com a construção do silo automóvel nem qualquer parque de estacionamento subterrâneo no local do actual mercado do Chão do Loureiro, mas antes libertar a superfície para instalação de jardim que faz falta à zona. Há excesso de parques subterrâneos e ainda muitas licenças a emitir para estacionamento de residentes. O estacionamento tem que privilegiar os residentes da Baixa-Chiado. Os lençóis freáticos têm que ser protegidos. E combatida a impermeabilização dos solos. A zona é altamente instável. Existem demasiados parques de estacionamento subterrâneos na zona da Avenida da Liberdade e na Baixa-Chiado. Os solos estão demasiado impermeabilizados e a taxa de ocupação raramente atinge o máximo.

Património

- A CML não pode referir na sua candidatura à UNESCO que gastou entre 2002 e 2005 cerca de 19 milhões de euros na Baixa Chiado e só se ver património abandonado, especulação imobiliária em apartamentos para habitação e espaços comerciais, trânsito caótico, estacionamento anárquico, passeios conspurcados de obstáculos à circulação dos peões, poluição sonora e ALGUNS edifícios recuperados;
- É fundamental que a Baixa esteja em condições antes se iniciarem as visitas preliminares dos consultores da UNESCO, pois no estado em que ela está, a candidatura é dinheiro e tempo desperdiçado;

- É fundamental que a CML e o governo prossigam uma política de promoção e sensibilização da população, sobretudo os proprietários sobretudo os proprietários privados, para a necessidade de preservarem os edifícios; compreendendo a definição e optimização de sistema de prémio e sanções efectivas, consoante os casos; sendo a mesma acompanhada por um conjunto normativo pedagógico e de assistência técnica, bem como de uma política macro de mecenato, atractiva, clara e eficaz.

Medidas:

1. **Reformular e reactualizar o papel do Inventário Municipal do Património**, anexo ao PDM, que tem imensas falhas, sobretudo a nível dos imóveis não classificados e sem qualquer protecção. Há que apostar na geo-referenciação. Permitir que a futura Carta Municipal do Património esteja aberta ao contínuo carregamento de informação, quer por parte dos serviços municipais, quer pelo envio de contributos externos que a enriqueçam, actualizem e façam dela uma verdadeira base de dados.
2. **Estabelecer e apresentar um Plano de Gestão no que toca à Candidatura à UNESCO.**
3. Elaborar e executar com urgência **Planos de Pormenor para a Praça da Alegria, Martim Moniz, Campo das Cebolas, Largo do Corpo Santo e Largo de São Paulo**, que compreendam os seguintes eixos: recuperação do edificado, promoção da habitação, combate efectivo à poluição, e maximização das valências culturais.
4. **Praça da Alegria**: deve proceder à recuperação do edificado; ao relançamento de habitação jovem; deve disciplinar o estacionamento; dignificar o jardim e placa central; recuperar e reabrir o Ritz Clube e promover outros equipamentos como a Enoteca.
5. É preciso recuperar urgentemente o punhado de prédios abandonados da Avenida da Liberdade que ainda restam da vandalização de que foi alvo a nossa artéria mais nobre, e fomentar a habitação (ex. n.ºs 35, etc.).
6. **Martim Moniz**: deve ultimar o empreendimento da EPUL Jovem; deve recuperar o edificado que falta recuperar no âmbito do gabinete da Mouraria; deve reperfilar passeios; plantar árvores; demolir os centros comerciais existentes e promover a oferta multi-culturas.
7. **Campo das Cebolas**: deve recuperar o imenso património existente promovendo a habitação jovem e a aposta em comércio e serviços de restauração de qualidade/artesanato; deve restringir o trânsito automóvel o estacionamento, devolvendo a totalidade da praça à fruição dos cidadãos, através da abertura de esplanadas e promoção de iniciativas culturais de reconhecido mérito.
8. **Largo do Corpo Santo**: deve começar por disciplinar o estacionamento, dignificar o espaço verde existente, recuperar a igreja respectiva e promover a habitação jovem. A CML afirma já ter gasto 213.000 € na "mega-empregada" do Corpo Santo e o que se vê, NADA.
9. **Largo de S. Paulo**: deve começar por disciplinar o estacionamento, dignificar a placa central o chafariz, recuperar a igreja respectiva (por dentro) e promover a habitação jovem. A afirma já ter gasto 500.000€ na "mega-empregada" de São Paulo e o que se vê, NADA.
10. É preciso preservar na íntegra **as mansardas de Carlos Mardel da Rua de São Paulo**, a todo o custo, uma vez que está iminente a sua eliminação.
11. É preciso preservar **as cozinhas pombalinas** que ainda restam, e que se preparam para ser trocadas por lareiras.
12. É preciso proceder à **limpeza radical dos elementos espúrios** dos edifícios da Baixa-Chiado (equipamentos de ar-condicionado, antenas, acrescentos de vária ordem).
13. É preciso aprovar o **regulamento municipal específico para a Baixa-Pombalina**, que compreenda a gestão urbanística da área, bem como a sua protecção e segurança, os licenciamentos de obra, etc.

14. A CML não pode mencionar na sua candidatura à UNESCO que “foram valorizadas as lojas de tradição, quando não foram, nem que "combate as operações de fachadismo" quando as promove; nem que "a sua intervenção prima pela aplicação de materiais tradicionais, promovendo os perfis de madeira, o combate aos aparelhos de ar-condicionado, etc." quando isso não acontece; nem que a "mega-operação" da Rua da Madalena foi um sucesso", nem que "o trânsito foi fortemente condicionado no Chiado" quando não o foi; ou que "o asfalto foi substituído por calçada de pedra" quando isso não se verifica (Rua Garrett e Rua do Crucifixo, por ex.). Não pode subscrever indicadores de autenticidade e integridade do edificado e depois não os cumprir minimamente.
15. A CML não pode mencionar na sua candidatura à UNESCO ter havido intervenções de recuperação nas Igrejas da Madalena (400 mil €), Conceição Velha (112 mil €) e nada ter acontecido de verdade a não ser uma pseudo-recuperação da capela-mor desta última.
16. A CML tem de tomar a iniciativa de intervir no terreno com os serviços que transitam da extinta DGEMN para o novo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e com o IGESPAR, e não pode permitir dispersões de vontades e intervenções avulsas.
17. Abertura de classificação de imóveis de interesse concelhio a vários edifícios:

Ver Lista de Comércio (ponto VIII)

18. É preciso requalificar e dignificar os pátios interiores concebidos por Siza Vieira no âmbito da reconstrução da área ardida do Chiado, hoje obsoletos e sujos.
19. É preciso retirar os aparelhos de ar-condicionado das fachadas dos edifícios da Baixa Chiado.
20. É preciso investir na instalação de TV Cabo, de modo a remover antenas de TV.
21. É preciso preservar a portada e promover o combate ao estore
22. É preciso preservar e conservar em bom estado a calçada portuguesa, promovendo o desenho de novas decorações, a dignificação da profissão e o desenvolvimento da escola.
23. É preciso eliminar mupis e outdoors na Baixa-Chiado.
24. É preciso repor a legalidade e a traça original na placa central do Rossio, nivelando a grelha do poço ventilador do Metro, custe o que custar.
25. É preciso restaurar com urgência o arco da Rua Augusta, há demasiado tempo ao abandono.
26. É preciso levar por diante a libertação dos pisos térreos dos edifícios do Terreiro do Paço, com vista à sua reconversão em serviços e espaços culturais de qualidade, que potenciem a fruição dos arcos e da praça pelos cidadãos.
27. É preciso requalificar a Praça da Figueira, dando andamento ao projecto coberturas em azulejo (Arqº. Daciano Costa), acompanhando-o da modernização comércio, harmonização toldos, reclames e esplanadas; e eliminação de barreiras arquitectónicas (ex. corrimãos/gradeamentos sobre os poços de ventilação do parque de estacionamento).

Cultura

– Avenida da Liberdade

(coincide em parte com o ponto II-4: Avenida da Liberdade e Passeio Público)

1. Lançar um concurso de ideias para quiosques, esplanadas, coretos.
2. Transformar o Cinema S. Jorge em sala única e na casa do cinema português.
3. Recuperação do Capitólio
4. Resolver a situação do Ritz Club, que se arrasta há demasiado tempo, recuperando-o e reabrindo-o nos moldes em que funcionava.
5. Criar o atelier-Museu Alfredo Keil.

6. Dinamizar a zona envolvente do Jardim do Torel.
7. Congregar esforços com os herdeiros e quem de direito, no sentido de se desenvolver uma Fundação Duque de Saldanha.
8. Intervir com urgência no belo edifício do Atheneu Comercial de Lisboa.
9. Adquirir e recuperar fielmente o Cinema Odéon, belíssimo e único cinema Arte-Déco em Lisboa, como "casa do cinema independente", complementando essa aposta com teatro "chave-na-mão", merchandise direccionado e ciber-café, na loja anexa. Gestão: privada, de preferência de algum já com provas dadas na exibição de cinema independente.
10. Iniciar contactos com o Estado Francês, proprietário da Igreja de São Luís dos Franceses de modo a que sejam iniciadas as obras de recuperação, daquela magnífica igreja, que se encontra em avançado estado de degradação.
11. Valorizar as marchas populares a nível internacional, através do estabelecimento de protocolos com ICEP e agências de turismo.
12. Criar as bases para lançamento em futuro próximo de grande festival internacional de cinema em Lisboa, de modo a que Lisboa possa ombrear com as outras cidades europeias, na presença de estrelas e filmes de primeira grandeza. Esse festival deverá ter júri internacional, e passar nos 3 cinemas maiores de Lisboa, cada qual único representante de uma época: São Jorge, Odéon e Tivoli (neste caso, a CML exercerá o seu direito de exploração parcial da sala).
13. A CML deve promover a realização anual de regata internacional de remo, actividade com grande tradição em Lisboa, mas esquecida há décadas.

Baixa-Chiado

1. É preciso acabar com a novela em redor do Espaço A Capital, cumprindo o prometido pela CML em 2001, ou seja, executar o projecto de recuperação e exploração do espaço, e devolve-lo aos Artistas Unidos, cujo mérito, c.v. e empenho são garantia de qualidade e cumprimento dos objectivos, i.e., alargar a oferta cultural da cidade e atrair público para a Cultura.
2. É preciso "abrir as portas" de várias entidades e equipamentos culturais da Baixa-Chiado ao público, por ex. Grémio Literário, Circulo Eça de Queiroz, Clube Tauromáquico, Convento da Trindade, Igreja do Convento do Carmo, Teatro São Carlos, Igreja das Chagas, etc.
3. É preciso levar por diante, de uma vez por todas, o estabelecido em protocolo entre o(s) Governo(s) e a CML, desde há mais de 10 anos, ou seja, extinguir o posto de polícia anexo ao Museu do Chiado, e alargar as instalações deste, permitindo assim a divulgação dos milhares de obras de arte contemporânea que estão depositadas em armazém.

Habitação

1. A CML tem de ter em conta a necessidade de cruzamento de classes sociais e etárias, evitando-se a tendência para a consolidação de gentrificação da cidade. Caso contrário o pressuposto Lisboa Cidade de Bairros deixa de fazer sentido, uma vez que só interessam os condomínios fechados, e a habitação jovem.
2. Durante os 2 primeiros anos de actividade de utilização do Fundo Remanescente de Reconstrução do Chiado foram admitidas 60 candidaturas para reconstrução e recuperação de imóveis, e apenas foram aprovadas 32 delas. Quanto a projectos de reabilitação e conservação, foram identificados 90 edifícios, mas apenas 21 avançaram para obra, sendo que apenas 10 chegaram a sê-lo. É muito pouco.

Espaços Verdes

1. Criação de jardim onde actualmente se encontra o antigo mercado Chão do Loureiro, ou seja, cancelamento do projecto de estacionamento subterrâneo previsto para o local.
2. É preciso preservar o Largo Barão de Quintela a todo o custo, dando seguimento à deliberação unânime da AML, após avaliação de um projecto de esvaziamento do referido largo para construção de parque de estacionamento, aprovado pelo executivo cessante.

Turismo

1. É preciso atrair mais turismo de qualidade, exigente, qualificado e duradouro, em vez de se continuar a apostar no turismo de negócio como tem sido hábito.
2. Neste momento, segundo os mais recentes levantamentos mandados fazer pela CML, existem na Baixa-Chiado apenas 2 hotéis de 3***,3 e de **** e 1 hotel de ***** São números muito baixos e que em nada contribuem para atrair turismo de qualidade e duradouro.

Por isso, é preciso abrir novas unidades hoteleiras de pequena e média dimensão, de média e alta qualidade, em diversos pontos da Baixa-Chiado, que através da sua dinâmica própria levem a uma efectiva valorização da zona. Nesse sentido há que aproveitar edifícios que pelo estado de abandono/mau uso em que estão, pela localização, pela disposição ou pela sua valia arquitectónica propiciem esse objectivo (ex. Tribunal da Boa Hora, antiga Universidade Livre, Convento Corpus Christi, Edifício Entreposto, Palácio da Rosa, etc.).

Mas é preciso que os projectos se adaptem aos edifícios, e não os edifícios aos projectos.

3. É preciso criar percursos turísticos de qualidade (ex. percurso Wenceslau de Moraes, a Lisboa d'Eça, A Gaiola Pombalina, etc.).
4. É preciso classificar, proteger, recuperar e modernizar o que resta do comércio tradicional, renovando-o mas preservando a sua valia arquitectónica e de memória. Nesse sentido, é preciso intervir casuisticamente (ver lista em anexo) e em situações integradas, que passarão pela abertura de candidaturas no âmbito do programa URBCOM, designadamente na Rua das Portas de Santo Antão, na Praça da Figueira, na Rua da Conceição e no Chiado.

Simplemente, ao abrigo de outras candidaturas ao URBCOM foram feitas verdadeiras barbaridades irreversíveis em termos arquitectónicos, nomeadamente em mercearias, cafetarias, farmácias, etc. Por isso é preciso garantir o acompanhamento do IGESPAR a essas candidaturas.

Neste momento, existem cerca de 860 lojas na Baixa-Chiado, sendo a percentagem de serviços de restauração baixíssima, pelo que há que inverter a situação, fomentando o aparecimento de novos cafés e restaurantes por via da criação de incentivos a os queira abrir.

Mas é preciso não esquecer que os projectos que estão neste momento a iniciar-se ao abrigo das candidaturas URBCOM (Av. Almirante Reis -1,8 milhões €, P^a.Figueira -1,8 milhões €, Chiado -1,4 milhões €, Mouraria -855 mil €, e Campo de Ourique -1,9 milhões €) são todos projectos que foram apresentados em 2002...

5. É preciso requalificar as esplanadas da Baixa-Chiado, acabando com os guarda-sóis e cadeiras peçados de publicidade multicolorida, delimitando as respectivas áreas com arbustos e separadores estéticos, harmonizar toldos, e reformular as pseudo-marquises à parisiense.
6. Criar condições para abertura do comércio com horários mais alargados, nomeadamente aos Domingos. Um dos aspectos sintomáticos da falta de atractividade da Baixa-Chiado tem a ver

com a pouca flexibilidade dos horários dos estabelecimentos comerciais. Obviamente, para muitos dos estabelecimentos não é compensador economicamente a abertura aos Domingos, por exemplo. Como pode ser invertida esta situação? Através da concretização dos seguintes aspectos, referidos anteriormente, e que funcionarão como estímulo ao comércio:

- a. Maior oferta de hotéis;
- b. Incentivo à habitação
- c. Maior oferta cultural na Baixa-Chiado e na Avenida da Liberdade.

IV. Símbolos ao Abandono

1. Arco da Rua Augusta

Ele é o símbolo do Paço, sentido lato, sede do poder; antes mesmo de ser corolário de uma praça de simbologia maçónica. Mas também é uma peça de beleza única na cidade de Lisboa. E está degradado, abandonado, preto de tão sujo, com a pedra lascada, poluída, e com as suas câmaras interiores votadas a armazém de materiais de construção.

O Arco como está é uma vergonha para Lisboa e para todos nós. A sua recuperação é continuamente adiada, apesar de continuamente anunciada; e a falta de entendimento entre as várias entidades que tutelam o Arco da Rua Augusta, é a principal razão para esse facto.

Mas a sua recuperação é urgente, porque reivindicação de quem acha que o poder deve ser dignificado e o Estado deve dar o exemplo. A CML deve intervir junto do Estado, a quem compete preservar o Arco.

2. Aqueduto das Águas Livres

Ele é um símbolo de Lisboa e de Portugal, e é neste momento protocandidato a Património da UNESCO. O Aqueduto vale como um todo, e não pode ser seccionado em bocados. O Aqueduto já foi vandalizado no passado, mas não o pode ser de novo, como se projecta na finalização da CRIL, pelo que convém assegurar que o não é. O sistema das Águas Livres está, de resto, classificado em toda a sua extensão, quer nos troços que se desenvolvem à superfície, quer no subsolo.

Antes de tudo o mais, é preciso arrancar com a recuperação e restauro do Aqueduto, abri-lo ao público com mais frequência e divulgar essa abertura de modo devido e amplo.

3. Teatro Tália

Considerando que este magnífico exemplar de arquitectura romântica, da autoria do Arq. Fortunato Lodi, e é imóvel de interesse público desde 1974;

Considerando que o Tália foi objecto de cedência, na década de 80, e a título precário, à Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, entidade que já utilizava o edifício do Palácio vizinho; e que no respectivo auto de cessão (assinado na Direcção Geral do Património e outorgado por Direcção Geral do Património, Ministério das Finanças; e Secretário-Geral do Conselho de Ministros) consta que se destinaria a ser utilizado pelos serviços dependentes da Presidência do Conselho de Ministros como auditório polivalente, designadamente para actividades como teatro, exposições, conferências e formação profissional;

Considerando que até agora nada foi feito que cumprisse o acordado;

Considerando que foi aqui que se estreou a peça de Garrett, “Frei Luís de Sousa”, e que aqui foram encenadas muitas óperas e peças de teatro que fizeram história na corte e nos costumes da Lisboa romântica;

Considerando que este edifício é desconhecido para 90% dos alfacinhas;

Considerando que ele daria um excelente complemento ao Jardim Zoológico, e que ele poderá albergar um sem número de actividades culturais a começar por teatro infantil ou de marionetas (à semelhança, por ex., de Salzburgo); propomos que:

A CML solicite à Presidência do Conselho de Ministros a cedência do espaço, a título definitivo.

A CML proceda a obras de reabilitação dos exteriores e interiores, com repartição de custos com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; A CML deve estabelecer protocolo com o Jardim Zoológico, de modo a partilhar o espaço e os jardins para iniciativas comuns.

A CML deve estabelecer protocolos com companhias de teatro infantil e marionetas; A CML deve disponibilizar o teatro para eventos do próprio Ministério e da Junta de São Domingos de Benfica.

4. Venda de Património do Estado

Existe uma extensa lista de património do Estado, que suporta equipamentos que foram rotulados de obsoletos/desnecessários, numa lista de imóveis a alienar, sob argumentos de cariz financeiro, e cuja face mais visível no debate pré-eleitoral tem sido o IPO, infelizmente sem o detalhe que a gravidade do tema merece.

O Fórum Cidadania Lx em tempo útil expressou opinião sobre o tema, que se mantém, dado que não houve qualquer sinal público de inversão/desmentido da anunciada venda de património, acompanhada de uma explicação detalhada dos princípios tidos em conta no processo, de forma a salvaguardar os interesses de Lisboa.

A anunciada venda pelo Estado de um conjunto de edifícios em Lisboa constitui um acto inaceitável de egoísmo de geração e um sério revés nesta cidade que herdámos e a que nos habituámos, independentemente da lógica, dos argumentos económico-financeiros e do modo como ela está a ser feita.

Recorde-se que a saída das populações se deveu à substituição de habitação por actividades que depois foram deslocalizadas para periferias, e à degradação do parque habitacional que não foi compensada por uma reabilitação. Mais, quando, excepcionalmente, um bem público é vendido em hasta pública, devia definir-se primeiro as condições a cumprir pelos candidatos (o património não pode ser vendido exclusivamente por razões de tesouraria, discutíveis - a Penitenciária ser vendida pelo Estado ao próprio Estado por 60 M€, para depois ser revendida por muito mais?!). O local mais adequado para se tratar disso é no PDM e não a opinião de um ministro avulso.

Enquanto cidadãos interessados pela nossa cidade, colocamos de seguida uma série de questões a quem de direito, para que não sejamos, mais uma vez confrontados com mais um facto consumado:

Qual o papel da CML, do IGESPAR e dos cidadãos neste processo?

A CML deve ser consultada e o seu parecer acatado. O PDM, observado. Os equipamentos constam no Inventário Municipal de 2006 que suporta a actual revisão do PDM, e são centrais para o pulsar da cidade, independentemente da respectiva tutela ministerial. Não é indiferente a Lisboa se os espaços desocupados «virarem» condomínios ou jardins! O IGESPAR deve fazer o seu trabalho sem pressões do poder político. E os cidadãos, quando serão ouvidos quanto ao futuro da sua cidade?

Serão os argumentos apresentados plausíveis?

Equipamentos obsoletos? Mal dimensionados? Provocam congestionamento nos centros urbanos? Que se prove primeiro! Lisboa não se pode dar ao luxo de ficar sem serviços centrais só porque alguém acha que deve ficar, ou porque há negócios imobiliários em perspectiva. Lisboa já ficou sem moradores, salas de espectáculo, comércio tradicional. É bom que não fique sem aquilo que faz entrar as pessoas em Lisboa! Aliás, se não tivesse prevalecido a ideia da bondade da concentração, e muitas e ricas alternativas se teriam encontrado, no sentido da complementaridade do centro com o restante corpo urbano, ficando vivo o primeiro, equilibrado e digno o segundo.

Será adequado o destino que se anuncia para esses equipamentos?

Até que ponto as soluções preconizadas não serão nefastas para a cidade? Pretende-se uma de condomínios privados ou uma Cidade de Bairros, em que a relação de vizinhança seja a verdadeira mais-valia e os espaços verdes uma realidade?

Ex; retira-se o IPO de uma zona especialmente bem servida por transportes públicos e o que é que o Estado (e o Município) vai autorizar para ali?

E no que se refere à Penitenciária (EPL), um centro comercial? A destruição total, parcial? Porque se afirmou que a estrutura não pode ser alterada? Ir para o Linho-Sintra? Então esse local não está em vias de ser um aglomerado urbano contínuo? Em Barcelona, por exemplo, o EP está no centro da cidade, no meio de um bairro habitacional, sem sequer precisar de qualquer perímetro de segurança! Diz-se que com o dinheiro resultante da venda do EPL irão ser edificados dois novos estabelecimentos prisionais (Linhó-Sintra e Alcoentre) em três anos!?

1. Valor patrimonial em jogo e propostas condizentes

As propostas que apresentamos supõem, primeiro, que a vontade do Estado em vender é um facto; segundo, que os ministérios podem e devem entender-se entre si de modo a que as sinergias daí resultantes permitam a maximização de recursos, a preservação física dos espaços e da memória; impeçam toda e qualquer possibilidade de especulação imobiliária e, mais importante, que os novos equipamentos continuem a servir o interesse das populações.

- Liceu Machado de Castro

Esta escola data de 1915, é um «conjunto composto por dois edifícios: um, pré-existente, resultante de um "palácio" anterior ao séc. XIX; e outro construído de raiz na segunda década do séc. XX para um estabelecimento escolar» (in DGEMN) e está incluído na ZEP do Liceu Pedro Nunes. Ela poderia acolher, por ex. o Arquivo Histórico do ministério, parte do qual está ao deus-dará num armazém em Camarate (com documentação a 3 metros de altura e sem luz). Ou ser um espaço museológico - em articulação com o Ministério da Educação, poderia operar também como um pólo do programa "Preservação e Salvaguarda do Património Escolar Português", que este tem desenvolvido -, albergando ainda iniciativas das freguesias circundantes.

- Docapesca

Trata-se de uma Zona de Oportunidade e, por isso, uma zona em que deveria ser feito algo de novo e de que Lisboa e os lisboetas se orgulhem (porque se a APL e Oeiras têm jurisdição, Lisboa também a tem e sinal disso mesmo é o facto do PDM lhe dedicar particular atenção). Algo que permita uma maior fruição do rio e das vistas e aliasse a vertente lúdica à desportiva. Algo que não signifique betão. Nesse sentido, o propalado complexo de «courts» de ténis e de equipamentos de vela parece ser uma boa opção, desde que isso não signifique mais um investimento sem retorno, vide rali Lisboa-Dakar.

- Quartel Infantaria N.º 1/ Forte do Conde de Lippe

Estando a maioria dos quartéis devolutos e havendo um plano de pormenor para o Palácio da Ajuda e zonas vizinhas, o melhor seria reutilizar este equipamento, de notável arquitectura pombalina, para fins habitacionais, abandonando-se assim os condomínios previstos no PP, e que comportarão, a serem levados por diante, a destruição da Alameda dos Pinheiros e do sistema de vistas, à descaracterização de uma vasta área a sul do palácio e, possivelmente, a forte operação especulativa.

- Hospital D. Estefânea

Independentemente da razoabilidade da transferência dos serviços para Chelas em 2012, o que salta à vista é a centralidade e a dimensão daquela área, o que, dado o recente apetite pelas zonas adjacentes ao Liceu Camões e ao Miguel Bombarda, significa que Lisboa corre o risco de ficar privada dos jardins e pavilhões deste hospital histórico, e ficar refém de um loteamento de índices megalómanos como o que neste momento se projecta para a antiga Quinta do Mineiro, na Artilharia 1!

- Instituto Português de Oncologia

O IPO é uma construção hospitalar de raiz dos anos 40-50, hoje algo desadequada às funções originais, o que não implica que o Pavilhão da Rádio (1928-1933) não devesse já estar classificado porque é uma obra fundamental da arquitectura modernista. Tirando proveito disso mesmo e dos seus espaços verdes, o «novo» IPO poderia albergar uma pequena unidade hoteleira e manter algumas funções relacionadas com a saúde (unidade de cuidados continuados, lar de terceira idade, etc.).

- Penitenciária de Lisboa

O EPL é a expressão da escola de Filadélfia do fim do séc. XIX na construção de cadeias de raiz, com um pensamento íntegro e consistente por detrás. Durante um século, ali se fez a justiça de cada tempo, num espaço de certo modo belo, pela primeira vez construído de propósito para o efeito e em que nunca se verificou qualquer incidente grave. As seis alas/seis pontas de uma estrela que compõem este conjunto possuem elevado potencial dada a sua área e morfologia para ...um museu da justiça, o arquivo histórico da justiça (disperso por vários serviços), um centro cultural, uma Loja do Cidadão (a do Éden custa rios de dinheiro em renda). Em seu redor deve ser feito um jardim que prossiga o «corredor verde». O EPL, que ninguém de bom senso consegue entender como é possível não estar já classificado, é o verdadeiro «osso-bucco» desta mega-operação e do modo como for tratado, assim será tratado o resto ... Diz-se que, depois dos anéis, os dedos. Para nós, toda esta operação incide já não sobre as jóias da cidade, mas verdadeiramente sobre os seus dedos, o corpo da cidade. Aguardemos. Mas activamente.

A venda de património considera ainda os seguintes locais: Hospitais Júlio de Matos, Santa Marta, Capuchos, Miguel Bombarda, São José e Desterro, Centro Psicologia Aplicada do Exército, Convento e Quartel da Graça, Casão Militar (Graça), Cadeia das Mónicas, Escola-Oficina n.º1 (da Maçonaria), Estado-Maior do Exército, Regimento de Transmissões e de Sapadores, Governo Militar de Lisboa, Instituto Hidrográfico e Tribunal da Boa-Hora.

V. Zonas de Oportunidade

Definição: Zonas não urbanizadas ou semi-urbanas com espaços livres e grande potencial de renovação "estilo Expo 98". Será que Lisboa se pode dar ao luxo de perder alguma delas?

Princípios:

- Plano de urbanização destas zonas desenvolvido por iniciativa da CML, com recurso a concurso público internacional a gabinetes de arquitectura avaliado por júri de reconhecida competência;
- Plano geral concebido de forma a privilegiar a integração com o resto da cidade (fazer cidade e não fazer uma nova cidade);
- Zonas mais “apetecíveis”, como as próximas do rio, com vista, devem ser espaços públicos; Plano sustentado numa utilização diversificada (habitação, escritórios, comércio, lazer);
- Plano deverá privilegiar o transporte público e não poluentes sobre o automóvel;
- Plano deverá contribuir para a subida de qualidade média da arquitectura em Lisboa Plano deverá sustentar a afirmação de Lisboa no contexto internacional com base no posicionamento de “capital dos oceanos”.

Zona de Pedrouços (Docapesca): Abrir um concurso de ideias para esta zona, procurando um tema para a renovação (ex. Forum das Culturas 2004 em Barcelona, candidatura à Taça América, etc.);

Zona ribeirinha entre a Praça do Comércio e o Parque das Nações: abertura de um debate público sobre esta zona, incluindo a CML o Porto de Lisboa, baseado nos estudos realizados pela CML desde a EXPO' 98 ;

Zona de Chelas: debate entre a CML, o governo e a sociedade civil sobre o futuro do projecto “Cidade dos Ministérios”. Desenvolvimento do plano em conjunto com o da zona ribeirinha e projectos já existentes (ex. Braço de Prata);

Zona do “Vale de Santo António”: debate público sobre projecto da EPUL e a sua articulação com a zona ribeirinha;

Zona de Alcântara: confirmação pela CML e governo da implementação do plano Alcântara XXI e debate público sobre o mesmo;

Zona ribeirinha ao longo da Av. 24 de Julho: abertura de um debate público sobre esta zona, incluindo a CML o Porto de Lisboa;

Zona ribeirinha entre o Cais do Sodré a o largo da Casa dos Bicos: estudo sobre a possibilidade de fechar ao trânsito rodoviário, transformação de parte do edifício do Arsenal em Museu dos Descobrimentos e Lusofonia (por exemplo), e transformação desta zona em local de lazer junto ao rio;

Zona do actual aeroporto: Debate sobre o futuro desta zona quando(se) o aeroporto mudar para outro local.

VI. Acesso à Zona Ribeirinha

Um passo à frente, dois passos atrás?

Ao mesmo tempo que se faz a reconversão urbanística da antiga ZI Alcântara, prepara-se a ampliação do terminal de contentores e respectivo nó rodo - ferroviário. Embora esse assunto seja da competência do governo, a CML pode e deve ter uma palavra decisiva a dizer, caso contrário tratar-se-á de mais um sinal de retrocesso na política camarária da última década, caracterizada por reproporcionar o acesso ao rio Tejo.

Sintoma desse retrocesso foi a vedação do porto junto ao conjunto de armazéns reconvertidos na Bica do Sapato, onde ficam o restaurante deste nome e a discoteca Lux, entre outros espaços comerciais.

Neste momento, e descontando uma pequena abertura junto a outro conjunto idêntico, no Jardim do Tabaco, toda a zona ribeirinha entre o Parque das Nações e o Terreiro do Paço está vedada. Daí para a frente, até ao Cais do Sodré, as obras do metropolitano prolongam-se, sem se saber ao certo quais as intenções da CML após a sua conclusão.

Na zona do Cais do Sodré, uma intervenção muito discutível suprimiu a antiga doca e o mercado, com uma estação fluvial desproporcionada que veio ocupar mais um bom pedaço de margem do rio. Mais à frente há parques de estacionamento com vista para o rio, e depois está tudo novamente vedado até à Ponte 25 de Abril. Ou seja, praticamente toda a margem do Tejo entre o Parque das Nações e Santo Amaro está hoje vedada ao público.

Tudo isto tem vindo a acontecer perante a indiferença geral, talvez por não estar em causa o "património" no sentido tradicional do termo.

Mas agora, com a anunciada ampliação do terminal de contentores de Alcântara, fica-se sem saber quais as intenções em relação às gares marítimas da Rocha Conde de Óbidos e de Alcântara, emblemáticos edifícios modernistas da autoria de Pardal Monteiro que contam com os famosos painéis de Almada Negreiros, consensuais obras primas das artes visuais portuguesas do século XX.

Que sentido farão as duas gares de passageiros a meio dum mar de contentores, e como é que o público terá acesso?

A concretizar-se a ampliação, lá se vai uma oportunidade histórica de libertar um bom pedaço de rio para os lisboetas e não só. A concessionária Liscont já tinha acordado com o anterior governo sair para a zona de Santa Apolónia, onde se, por um lado, seria necessário fazer dragagens, já existe uma ligação directa à Linha do Norte, o que evitaria a necessidade de construir a ligação ferroviária desnivelada em Alcântara.

O Governo já anunciou o plano de expansão do terminal de contentores. Mas, ao invés de outras cidades portuárias como Barcelona e Londres, em que se reconverteram as zonas portuárias no centro da cidade, aqui em Lisboa reforça-se a presença do porto. Será uma questão de pura inércia? Porque não deslocar o terminal de contentores para Santa Apolónia? Não haverá outras alternativas?

O anunciado terminal de cruzeiros em Santa Apolónia também é sintomático da impunidade com que o espaço público em Lisboa é ocupado pela APL.

Com efeito, além da CML e dos cidadãos não serem tidos nem achados no assunto, a consumação do referido terminal significará:

1. A quebra da ligação natural de Alfama com o rio Tejo com um edifício grande junto ao rio;
2. A colocação de uma barreira que não permitirá o usufruto dos lisboetas da frente ribeirinha, vedando o acesso ao Rio com um muro de 2 andares, um centro comercial e um condomínio fechado.
3. Uma forte machadada na possibilidade salvar o troço Cais do Sodré e Santa Apolónia, de forma a ficar voltado para o Tejo.

E a zona ribeirinha entre o Cais do Sodré a o largo da Casa dos Bicos? Parece muito interessante o estudo do Arq. Tudela sobre a possibilidade de fechar ao trânsito rodoviário aquela zona...

VII. Mobilidade e Segurança

Para além das questões de mobilidade, referidas anteriormente, e integradas nos locais analisados em concreto, propomos as seguintes medidas/princípios gerais para os problemas de mobilidade na cidade de Lisboa:

1. Criação de brigadas de trânsito móveis, que circulando em viaturas ligeiras (motos, carros de pequena dimensão) efectuem o **controlo efectivo** do estacionamento abusivo, da circulação em faixas não autorizadas. Esta solução é bem mais eficaz, preventiva e penalizadora de quem prevarica.
2. **Negociação com Câmaras da Grande Lisboa e concessionárias de transporte público**, para a ligação rodoviária e/ou o reforço da frequência de transportes públicos já existentes, pra pólos onde actualmente trabalham milhares de lisboetas, ou milhares de automobilistas não lisboetas que atravessam a cidade para se deslocarem a estes locais: Taguspark, Porto Salvo, Parque Suécia, Zona industrial de Alfragide, Laranjeiras, entre outros. A partir dos principais terminais de transportes públicos poderiam ser estabelecidas carreiras de autocarros para estas áreas, com défice gritante e desajustado face à população que aí trabalha. A oferta de transportes públicos para estes locais pode demorar o dobro ou o triplo da viagem em automóvel, quer pela necessidade de efectuar vários transbordos, pelo tempo de espera por transporte, ou pela inadequação dos trajectos das carreiras de transportes. É também indesmentível que o crescimento destes pólos não foi acompanhado pela criação de alternativas de transportes públicos.
3. **Integração de parques dissuasores na entrada da Cidade** (Campo Grande, Colégio Militar, Parque das Nações,) e **fora da cidade** (Jamor, Algés, Alfragide, Carnaxide, Damaia, Odivelas, Póvoa St^a Iria, etc.) num pacote que contemple assinatura de estacionamento + passe para transportes públicos.
4. Pressão junto do Governo e Carris para que sejam atendidas as recomendações/reclamações da CML e das populações aquando da reestruturação das carreiras daquela empresa.
5. Avaliar junto do Governo programa de reconversão de táxis para táxis híbridos, medida que visa a redução da poluição atmosférica. Existem já experiências nos EUA (Nova Iorque, Chicago, São Francisco e Bóston) e em Itália (Roma)
6. Colocação de Placards informativos nas entradas da cidade a indicar as vias com trânsito lento, o que poderá permitir uma maior distribuição do trânsito.
7. **Aplicação efectiva de regulamento de cargas e descargas**, de forma a acabar com o caos do estacionamento em 2^a fila.
8. Deslocação de passadeiras em cruzamentos perigosos, ou em cruzamentos onde a sua colocação não é a melhor situação para circulação do trânsito (Exemplo : Cruzamento Av. Liberdade-Av. Alexandre Herculano
9. **Revisão de limites de velocidade em zonas residenciais** – passadeiras com elevação, e novo limite de velocidade afixado no local.
10. Criação de condições efectivas para que a bicicleta possa ser um meio de transporte e de lazer na cidade, através da criação de persursos adequados - Algés/Moscavide, eixo Alcântara/Jardim Zoológico/Carnide e eixo Benfica/Telheiras/Campo Grande/Parque Eduardo VII.
11. **Recuperação do Eléctrico como Transporte fundamental e prioritário**. Estudo da seguinte proposta de com os seguintes princípios:

Princípios

- Utilização de dois tipos de eléctrico, um maior (como os da linha Pr. Figueira/Algés) para as vias segregadas, e outro mais pequeno (como os antigos) para os trajectos dentro dos bairros residenciais.
- Utilização das grandes avenidas com vias segregadas com 3 ou mais faixas de rodagem para que, em cada sentido, seja retirada uma faixa.
- Segregação, nas grandes avenidas, entre faixas de eléctricos e rodoviárias, onde existirão poucos ou nenhuns pontos de cruzamento, sendo a passagem prioritária do eléctrico assegurada por semáforos.
- Utilização de paragens/estações padronizadas para assegurar custos controlados.
- Associação, sempre que possível de paragens de eléctrico a estações de metropolitano ou de comboio suburbano.

Proposta de Trajecto para ligação das extremidades oriental e ocidental da cidade?



- Av. do Uruguai (eventualmente com extensão até à Estação de Benfica);
- Sobre a Segunda Circular (servindo o Colombo, o Estádio da Luz e com ligação à Estação de Metro do Colégio Militar e à paragem do eléctrico da Linha da 2.ª Circular);
- Sobre a intersecção com a Rua João de Freitas Branco (com ligação à Estação de Metro do Alto dos Moinhos);
- Sobre a Estrada da Luz (com ligação à Estação de Metro das Laranjeiras);
- Sobre o Eixo Norte-Sul (com ligação à paragem do eléctrico da Linha do Eixo N-S, servindo a Universidade Católica);
- À frente do Hospital de Santa Maria (com ligação próxima à Estação da Cidade Universitária, servindo o servindo o Estádio Universitário e a Universidade);
- Na intersecção da Gama Pinto com a Av. das Forças Armadas (servindo a extremidade norte do Bairro de Santos);
- Na intersecção da Av. das Forças Armadas e Av. 5 de Outubro (com ligação à estação de Metro de Entrecampos);
- Na intersecção da Av. dos EUA com a Av. de Roma;
- Na intersecção da Av. dos EUA com a Av. Rio de Janeiro;
- Na intersecção da Av. dos EUA com a Av. Gago Coutinho;
- No parque da Bela Vista;
- Na intersecção da Av. dos EUA com a Av. Sto. Condestável (com ligação à estação de Metro da Bela Vista);
- Na intersecção da Av. dos EUA com a Av. Infante Dom Henrique;
- Na Praça 25 de Abril;
- Na Rotunda da Expo 98;

- Na Alameda dos Oceanos, junto à antiga torre da Galp;
- Na rotunda da Av. de Ulisses;
- Gare do Oriente.

Segurança

12. Extensão do policiamento nos moldes que é efectuado em Alfama, nas zonas históricas onde as características do terreno o justifiquem, nomeadamente: Castelo, Graça, Bica, Bairro Alto.
13. Pressão junto do MAI para criação de brigadas policiais, vocacionadas para a vigilância nocturna, nomeadamente nas zonas próximas de locais de diversão. Esta medida teria impactos significativos ao nível da segurança de bens e pessoas, da fiscalização das irregularidades dos automobilistas.

VIII. Comércio Tradicional

Lisboa perde todos os dias um pouco mais do pouco que ainda lhe resta da sua traça, das bonitas fachadas e dos bonitos interiores que já teve. Nas avenidas, no comércio tradicional (veja-se, por exemplo, o que aconteceu à Manteigaria Londrina (Portas Sto. Antão), à Pastelaria Marques (R. Garrett), à Cervejaria Derbi (Portas Sto. Antão), à Perfumaria Pompadour (R. Garrett), nos prédios de habitação, nos edifícios históricos.

A fim de deixarmos às futuras gerações mais do que o nosso testemunho ou o dos nossos pais; achamos que há que preservar, por um lado, os edifícios notáveis de Lisboa e, por outro, a memória da cidade.

Reivindicamos junto da CML que defina de uma vez por todas quais as artérias de Lisboa onde não pode ser deitada abaixo nem mais uma fachada! É tempo de ser protegida não só a moradia X da Avenida da República, o prédio Y, da Avenida da Liberdade, ou o edifício Z da Av. Duque de Loulé, mas todos os outros que os enquadram, a fim de se evitarem coisas extraordinárias como a que se verifica na R. Alexandre Herculano, onde os prédios de Ventura Terra ficaram esmagados por prédios modernos muito mais altos.

Lista Indicativa, tentativa e preliminar de locais a proteger

Cafés, leitarias e restaurantes: Café, Nicola (Rossio), Pastelaria Benard (R. Garrett), Café, Brasileira (R. Garrett), Pastelaria Versailles (Av. República), Restaurante Faz Frio (R. D. Pedro V), Restaurante A Estrela da Sé (R. St António S.), Leitaria A Camponeza (R. Sapateiros), English Bar (R. Bernardino Costa/Cais Sodré.), Cervejaria Solmar (R. Portas St Antão), Adega do Ribatejo (R. Jardim do Regedor), Ginjinha Sem Rival-Eduardinho (R. Portas St Antão), Leitaria Académica (Largo Carmo), Casa Chinesa (R. Ouro/fachada);

Padarias, charcutarias, mercearias e casas de café e de chá: Casa M Macário (R. Augusta), Casa Pereira da Conceição (R. Augusta), A Carioca (R. Misericórdia), Padaria (R. Escola Politécnica), Padaria (R. D. Pedro V);

Farmácias, perfumarias e barbearias: Barbearia Campos (Largo Chiado), Perfumaria Benamor (R. Augusta), Perfumaria (R. Escola Politécnica), Farmácia Normal (R. Prata);

Livrarias, tabacarias e gravadores: Livraria Ferin (R. Nova do Almada), Livraria Lello & Irmão (R. Carmo/fachada), Tabacaria Mónaco (Rossio), Gravador Luís de Oliveira (R. São Nicolau), Livraria Diário de Notícias (Rossio/fachada);

Vestuário, calçado e acessórios: Chapelaria Azevedo (Rossio), Sapataria Lord (R. Augusta), Retrosaria Bijou (R. Conceição), Boutique Gardénia (R. Garrett), Boutique Ana Salazar (R. Carmo), Luvária Ulisses (R. Carmo), Boutique Intimissimi (R. Augusta), Alfaiataria Nunes Correia (R. Augusta), Paris em Lisboa (R. Garrett), Irmãs David (R. Garrett), Benetton/Antigo Ramiro Leão (R. Garrett/colunas, elevador e frescos), Ourivesaria Aliança (R. Garrett), Joalharia Ferreira Marques (Rossio/fachada), Joalharia do Carmo (R. Carmo), Ourivesaria Araújo (R. Ouro).

Mobiliário, decoração e outros: Loja Vista Alegre (Largo Chiado), Florista (R. Garrett).

IX. Cultura, Lazer e Educação

Património Municipal

1 Espaço A Capital

- Como é possível ter-se mandado encerrar o Espaço A Capital, despejando os Artistas Unidos, por perigo de derrocada e estar tudo na mesma passados 4 anos, sem sequer se ter dado início ao projecto de reabilitação tantas vezes publicitado?
- O projecto artístico dos Artistas Unidos para o espaço A Capital é uma excelente oferta cultural para o Bairro Alto e para Lisboa. O C.V. da companhia fala por si. Por isso, pedimos ao próximo Presidente da CML que dê andamento imediato ao respectivo projecto de recuperação. Em que moldes?
- Exactamente nos moldes em que, oportunamente, foi apresentado à CML pelos AU, e onde se propunha a requalificação do edifício como um Centro das Artes, bem como a construção de uma sala de espectáculos média e duas de pequenas dimensões, e duas salas permanentes de ensaio, carpintaria, escritórios, guardaroupa, lavandaria, escritórios, serviços. etc.

2 Fórum Lx/ Cinema Roma

- O antigo Cinema Roma pode ser a casa da Assembleia Municipal, mas antes de o ser é um cinema, é uma sala de espectáculos. Faz falta a Lisboa e ao país, porque nunca é demais a oferta cultural. O seu magnífico écran, as suas condições de projecção, o seu bar fazem falta a Lisboa, a uma cidade que precisa de festivais de cinema, mas também de iniciativas culturais de âmbito internacional.
- Usar-se o Roma unicamente como sede da AM é subaproveitar-se um equipamento que, além de ser uma magnífica sala de características polivalentes, é sobretudo um símbolo de uma Lisboa dos anos 50, que importa dignificar.

No que toca a todos os outros equipamentos culturais da CML (bibliotecas, teatros, cinemas, museus) a CML vai ter também que equacionar novas formas de gestão, abrindo os espaços à iniciativa privada, com contratos de execução física e orçamental, claros, que contemplem gestão por objectivos, partilha de receitas e avaliação periódica por parte da CML. Terá que pensar em “mecenato municipal”. Eventualmente, equacionar também a própria existência da EGEAC. E deve apostar numa maior adesão da população de Lisboa (e não só) aos espaços culturais da CML, contemplando, por exemplo, o lançamento de passes sócio-culturais.

Iniciativas Culturais e Desportivas a introduzir:

- **Criação de roteiros temáticos**, geridos directamente pela CML para visitas de estudo (junto de escolas e população em geral), sobre temas relevantes da história e património da cidade: Lisboa Queirosiana, Baixa Pombalina, Vilas Operárias, etc. É uma obrigação da CML não só preservar, mas também divulgar a sua História. Alguns destes roteiros já são efectuados/recomendados de forma informal, pelo que é perfeitamente desejável e legítimo que a CML impulse esta iniciativa que pode e deve funcionar como uma efectiva ligação da população escolar à sua cidade, nomeadamente a articulação com as disciplinas de Português, História e Geografia.

- **Reactivação dos Jogos da Cidade** (realizados nos anos 90) e que permitiam a prática efectiva de desporto a milhares de jovens, abrindo as portas a escolas e pavilhões para o usufruto real dos lisboetas.
- Promoção da actividade física criando **Circuitos Pedestres Urbanos**, perfeitamente identificados, tais como os Circuitos Florestais. Exemplo: Largo da Graça – Escolas Gerais – Sé – Chão do Loureiro – Castelo.
- Criação de uma **Prova Challenge de Lisboa**, com etapas ao longo do ano em locais como o Parque Eduardo VII, Monsanto, Alfama, Bela Vista, Expo, Olivais/Vale do Silêncio.

X. 15 Medidas Para Uma Lisboa Mais Estética

Trata-se de um conjunto de 15 propostas simples, na sua maior parte já consignadas na lei, e/ou já pensadas pelo nosso vizinho mais próximo, mas que, por razões que a razão desconhece, ninguém cumpre ou faz cumprir, mas que tornariam Lisboa uma cidade verdadeiramente europeia:

1. **Preservar a varanda, e combater a marquise!** Como? Fazendo cumprir a lei e incutindo bom gosto e bom senso a senhorios e inquilinos. O homem não deve viver em gaiolas, muito menos em aldeias de macacos.
2. **Retirar os ar-condicionados das varandas e fachadas!** Como? Fazendo cumprir a lei, e começando por dar o exemplo nos edifícios do Estado, ex. Paços do Concelho e Terreiro do Paço.
3. **Retirar as antenas de tv a quem tiver tv cabo!** As antenas de tv dão cabo de qualquer horizonte. Mantê-las quando se tem acesso a tv cabo é, no mínimo, desleixo e preguiça. E é preciso pugnar pela instalação de antenas comuns a quem não tiver cabo.
4. **Preservar as portadas nas janelas, combatendo os estores.**
5. **Manter a calçada portuguesa bem conservada!** A calçada portuguesa, além de ser um dos *ex-libris* de Lisboa, especialmente no centro da cidade, gera valor acrescentado, a todos os níveis. Mas cada ano que passa há menos calceteiros e mais buracos na calçada, mais saltos altos estropiados, quando não pernas partidas, ou pior. É preciso mantê-la lavada e regular, e com o desenho bem feito. Mas também se deve aumentar os vencimentos de quem a coloca a fim que a profissão de calceteiro seja mais atractiva.
6. **Proceder à substituição imediata das árvores arrancadas e decepadas!** O abate de árvores, em Lisboa, é muitas vezes escandaloso e os argumentos que o sustentam, capciosos (basta ver o que se passou recentemente no jardim do Campo Pequeno...). Já o deixarem-se os cotos e as raízes a apodrecer na via pública é um acto de desleixo e incúria inaceitável.
7. **Transformar os canteiros relvados de Lisboa em verdadeiros canteiros,** isto é, floridos e bem tratados! (em Lisboa entende-se por espaço verde um rectângulo mal amanhado, com vedação básica e semeado de erva daninha. Lisboa tem melhor clima do que as cidades do lado de lá dos Pirinéus, mas apresenta os piores canteiros da Europa civilizada).
8. **Diminuir drasticamente os outdoors e muppies de Lisboa!** A sua colocação, além de inestética pode ser perigosa para os transeuntes e convida ao lixo.
9. **Demolir alguns mamarrachos emblemáticos de Lisboa!** Aproveitando o impacto mediático e social da demolição da Torralta, em Troia, é preciso começar a implodir e explodir vários dos mamarrachos de Lisboa, a começar pelos dois centros comerciais do Martim Moniz, mais o antigo mercado do Chão do Loureiro, os edifícios da Docapesca, os terminais de contentores de Alcântara e Santos, etc., etc. (**ver lista da Campanha Lx Deprimente/ponto XI**)
10. **Requalificar as esplanadas de Lisboa!** Acabando com as cadeiras de plástico e os guarda-sóis polvilhados de publicidade gratuita. Delimitando as zonas de esplanadas com pequenos vasos com arbustos. Proceder à requalificação da maior parte das marquises «pseudo parisienses».
11. **Requalificar os ecopontos!** Deve requalificar-se os vidrões e demais contentores de lixo envolvendo-os por cercas de madeira pintada, ou outro tipo de material, que os esconda minimamente; quando não enterrá-los. Retirando-os para as traseiras dos prédios, sempre que possível.

12. **Acabar com as gasolinhas em zonas residenciais!** As gasolinhas em áreas residenciais, junto a jardins e a escolas, além de serem um perigo público, e um antro de gases e poluição visual, são também o reflexo de um Portugal atrasado e adiado.
13. **Fim à transformação dos espaços deixados por prédios devolutos em parques de estacionamento a céu aberto!** É uma situação perfeitamente terceiro-mundista, ignóbil e que, além do mais, costuma passar de temporária a definitiva.
14. **Requalificar o vergonhoso terminal rodoviário de Campo Grande!** Onde turistas (e não turistas) tomam o autocarro para Mafra ou para Óbidos, o tubo de escape e o cláxon são infernais, os horários e os destinos das carreiras são escritos à mão em folhas A4 (!!), ninguém respeita as passadeiras de peões, os autocarros são de antanho, as escadas de ligação ao Metro estão decrépitas, o conceito de "interface" é surrealista, enfim, é Lisboa no seu pior! É preciso acabar com isto!
15. Por fim, dar seguimento imediato ao **reperfilamento do poço de ventilação da estação de Metro do Rossio**, que é uma aberração e um insulto à engenharia portuguesa.

XI. É preciso começar a debelar a «Lisboa Deprimente»

Em Março de 2007, o Fórum Cidadania Lx lançou uma campanha que designou por «Lisboa Deprimente» (<http://cidadania.lx.tripod.com/lxdeprimente.html>), cujo ponto de situação está em <http://lxdeprimente.tripod.com/>, cujo formulário é o seguinte:

Participante:	
E-mail:	
Morada:	
Local deprimente:	
Localização:	
Numa escala de 1 a 5 qual o grau de urgência?	Escolha: Qdo vejo, fujo!
Deprimente porquê?	Escolha: Pela ausência de plano/projecto...
Sugestões/Observações:	

Achamos que já é tempo de se identificarem os edifícios e espaços públicos mais deprimentes de Lisboa com vista a chamar-se a atenção de quem de direito (Governo, CML, IGESPAR, OA, OE, etc.) para a necessidade de se evitar mais uma pesada herança para as novas gerações em termos urbanísticos, paisagísticos e tudo o mais que contribui para uma melhor ou pior qualidade de vida de todos nós enquanto cidadãos.

Todos os dias nos cruzamos com locais e circunstâncias que nos parecem deprimentes: novos ou velhos lugares e edificações que estão descontextualizados da sua envolvente, deixaram de ter manutenção, nunca foram «confortáveis» nem cumpriram a sua função, ou, simplesmente, são erros de planeamento, são erros urbanísticos nunca assumidos.

Aqui fica um resumo dos casos, edifícios e situações descritas pelos participantes como fazendo parte de uma Lisboa Deprimente, que convém começar a debelar, JÁ:

“LX DEPRIMENTE” - LISTA INDICATIVA

4.Designação: **Palácio da Ajuda e área envolvente**

Local: Ajuda

Escala: 4

Evidência: B

Sugestões: Antigo Palácio Real, Museu, Sede do Ministério da Cultura, do IGESPAR, do IPM e residência protocolar do Chefe de Estado para as grandes cerimónias oficiais, como é possível que se mantenha ao longo de décadas naquele estado verdadeiramente deprimente sem haver quem lhe acuda? Projectos já existem vários ao que sei, sendo o último do Arq. Gonçalo Byrne feito no tempo em que o Dr. Santana Lopes foi Secretário de Estado da Cultura, se não me engano! A ala poente tem que ser fechada, os serviços dos vários Institutos ali sedeados terão que ser mudados para outro local, a área envolvente devidamente tratada e alindada para fruição pública dos nacionais e estrangeiros que nos demandam e que ficam absolutamente escandalizados com tanta sujeira e desleixo. Também o bairro degradado a Norte do Palácio e junto a este, e que é uma coisa medonha teria que ser demolido e os seus habitantes realojados num bairro condigno e onde a condição humana seja respeitada. Entendo que um projecto destas dimensões ultrapassa em muito o Ministério da Cultura e se calhar mesmo a própria CML, mas não será da vontade conjunta destas e doutras entidades envolvidas num projecto desta envergadura que poderá sair algo que melhore a nossa imagem de uma cidade desenvolvida e civilizada? Força meus senhores!

7.Designação: **Edifício Gaivotas do Rio Tejo**

Local: Rua da Bela Vista à Graça / Rua de Santa Engrácia

Escala: 3

Evidência: C

Sugestões: Um edifício sem respeito algum pela escala e morfologia da cidade tradicional. Numa zona antiga e muito sensível da cidade, ou seja, numa encosta da Freguesia de Santa Engrácia marcada por edifícios do século XIX e primeira metade do século XX, aterrou este gigante arrogante forrado a azulejos de casa de banho cor-de-rosa. Penso que o projecto é dos anos 80 do século XX. Sempre que olho para aquele edifício pergunto a mim própria como foi possível a Câmara de Lisboa aprovar um projecto daqueles numa freguesia histórica como a de Santa Engrácia. Mas como está isolado, talvez no futuro seja possível implodir. Irei tentar arranjar uma fotografia deste edifício. Obrigado. Cumprimentos, Maria João Silva

8. Designação: **Pátio de Dom Fradique**

Local: Pátio de Dom Fradique / Palácio Belmonte

Escala: 5

Evidência: E

Sugestões: Este perigoso e vergonhoso local é propriedade da Câmara de Lisboa como se pode confirmar pelas diversas placas afixadas nas paredes das ruínas existentes no local. Outrora este local pertenceu ao Palácio Belmonte. Actualmente, os hóspedes deste hotel de luxo pagam entre 250 e 800 euros por noite para ter a vista do Patio de Dom Fradique. Lamentável que o turista de Lisboa tenha pague para ter este tipo de cenário.

13.Designação: **Martim Moniz**

Local: Lisboa

Escala: 4

Evidência: B

Sugestões: O largo Martim Moniz que podia ser apenas uma bonita praça tem agora edifícios medíocres.

A coisa ao que parece ainda vai ser pior. Não se podem exterminar?

14.Designação: Avenida do Santo Condestável (Av. Central de Chelas)

Local: Chelas

Escala: 4

Evidência: A

Sugestões: Deprimente pela ausência de interesse, de ideias, de projecto, de obras. Por ausência do Município, "tout court".

Aspectos deprimentes: lugar deserto e sem graça, os perfis errados e inimigos do peão, as margens e as rotundas descuidadas, o excesso de viadutos, a falta de iluminação dos mesmos, o estacionamento dos atrelados e o posto de atendimento de drogados. Para culminar: uma feira saloia que fecha a via aos domingos. Uma via rápida que liga o centro da cidade ao aeroporto, para andar a 50 Km/h. Uma incongruência urbanística. Deprimente é favor...

18.Designação: Casa Daupias

Local: Rua Arco São Mamede, Lisboa

Escala: 3

Evidência: D

Sugestões: Daupias foi um homem notável que nos deixou ensinamentos importantes, e um chalet ali ao pé da Rua do Século, que devia ser restaurado e local de aprendizagem de botânica, horticultura, etc. Assim como está, envergonha-nos a todos

20.Designação: Edifício da Seguradora IMPÉRIO

Local: Rua Alexandre Herculano, 53

Escala: 4

Evidência: C

Sugestões: Numa zona de Lisboa onde existem vários imóveis de grande valor patrimonial este péssimo edifício erguido nos anos 90 conseguiu, sózinho, destruir uma área urbana patrimonialmente muito rica. Tudo, mas absolutamente tudo neste edifício, foi feito sem cuidado algum com o contexto envolvente. Não houve qualquer esforço em erguer um edifício que se integra-se na frente urbana pre-existente. Os problemas são já nossos conhecidos:

- Cérceas dos imóveis vizinhos desrespeitadas;

- Fachada autista (ignora completamente as linhas de composição dos edifícios da zona, basta ver a brutalidade do duplo pé-direito do piso térreo, sentido como um grande buraco!)

- detalhes pobres e materiais muito intrusivos para uma zona histórica (granito castanho polido e vidros fumados);

- Volumetria com impacto muito negativo nos vários imóveis classificados que existem na sua proximidade, como é o caso da Casa de Ventura Terra mesmo ao lado (IIP e Prémio Valmor 1903), a Sinagoga de Lisboa de 1902-04 (IIP) e a Garagem Auto-Palace de 1906 (IIP).

Visto do Largo do Rato, este edifício tem um impacto enorme sobre a elegante Casa de Ventura Terra: parece esmagar a qualquer momento. Não é só o problema da volumetria é também a questão do revestimento a granito escuro polido que confere ao enorme volume um ar ainda mais pesado.

A pergunta mais uma vez é: com tantos imóveis classificados na sua vizinhança, como foi possível aprovar a construção deste monstro?!

SOLUÇÃO: demolição dos últimos 3 pisos e redesenho da fachada de modo a integrar-se melhor naquela contexto urbano. Particular atenção deve ser dada à reformulação do piso térreo que muito prejudica a leitura da Casa Ventura Terra.

22. Designação: **HOTEL MUNDIAL**

Local: Martim Moniz

Escala: 5

Evidência: A

Sugestões: Um dos maiores erros urbanísticos - talvez mesmo o maior - em toda a zona compreendida entre o CASTELO-BAIXA-CHIADO. A primeira fase do projecto começou ainda na época de Salazar. O hotel foi inaugurado no final dos anos 60. Mas foi no final do século XX e princípio do presente que se cometeu o erro maior: duas extensões do edifício original que transformaram o Hotel Mundial num gigante com um impacto muito negativo no centro histórico de Lisboa:

- Com mais quatro pisos que os prédios pombalinos, o hotel mundial ganha uma importância indesejável na Baixa, por exemplo, quando visto da Praça da Figueira. A cobertura confusa, onde não falta uma marquise de alumínio (será ilegal?) completa a destruição do perfil homogéneo das coberturas dos imóveis pombalinos da Praça da Figueira. Para quem vem do Rossio via Rua da Betesga, a visão da empena e cobertura do Hotel Mundial afecta profundamente o perfil dos telhados da Praça da Figueira.

- Visto do Castelo de São Jorge, o impacto negativo da volumetria excessiva do Hotel Mundial é absolutamente deprimente. Não pode haver dúvida alguma que a vista do Castelo de São Jorge encontra-se parcialmente destruída graças ao volume pesado e confuso deste hotel. Notar que a primeira extensão do hotel (a de cêrcea mais alta) tem 10 pisos de altura, ou seja 3 vezes superior à dos imóveis tipo da Baixa Pombalina.

Não tenhamos dúvida alguma que o Hotel Mundial vai dar em breve muitas dores de cabeça a Lisboa: a UNESCO vai concerteza identificar este edifício como um dos problemas da candidatura da Baixa a Património Mundial da Humanidade.

Não vale a pena fazer comentários ao projecto de arquitectura do hotel... só pergunto: como é que foi possível aprovar um projecto que não fez esforço algum para se integrar no contexto pombalino da Baixa.

Solução 1: implosão

Solução 2: demolição dos pisos que ultrapassam a cêrcea pombalina.

24. Designação: **Igreja Paroquial de Santo António de Campolide**

Local: Campolide

Escala: 4

Evidência: D

Sugestões: Esta vergonha da cidade é fruto da desculpabilização de todas as entidades envolvidas: Patriarcado, Ministérios, CML e IGESPAR. O pároco local muito tem lutado contra este estado de coisas, mas, infelizmente, só o Centro Nacional de Cultura tem transmitido o seu grito de revolta; o que não chega.

26. Designação: **HOTEL A. S. LISBOA**

Local: Av. Almirante Reis, 188 (gaveto da Alameda Dom Afonso Henriques)

Escala: 5

Evidência: C

Sugestões: Implosão ou demolição dos últimos 4 pisos.

Esta construção, para além de não ter qualquer mais valia arquitectónica (o projecto é mau) destruiu o equilíbrio urbano da Alameda devido à sua excessiva altura. Não se percebe como é que num espaço urbano tão coerente como é a Alameda - onde as cêrceas sempre foram muito rígidas de modo a não destruir o eixo Instituto Superior Técnico/Fonte Luminosa - a CML autorizou este hotel com quase o dobro da cêrcea da zona (13 pisos!). O resultado está à vista de todos: o hotel tem uma presença excessiva que não só desvirtua o eixo de composição urbana da Alameda como até interfere na leitura da vizinha Praça do Areeiro (para quem está no Areeiro, notar a presença da

empena gigante do hotel).

O Hotel A. S. Lisboa foi inaugurado em 1993.

27.Designação: **Bairro da Liberdade e Serafina**

Local: Vale de Alcântara / Aqueducto das Águas Livres

Escala: 3

Evidência: A

Sugestões: Em qualquer país desenvolvido o que se faria com estes Bairros ilegais / degradados era:

- demolir até ao último tijolo toda aquela trapalhada ilegal e humilhante para a cidade em Lisboa e para o aqueducto em particular. Vai ser um grande erro construir blocos de habitação colectiva em redor do aqueducto (como aliás já foi feito recentemente).

- florestar a encosta com espécies da Flora portuguesa criando assim um grande parque com vista para o magnífico Aqueducto das Águas Livres.

- enterrar parcialmente aquele caos de estradas que passam entre os arcos do aqueducto (que nada contribuem para a boa conservação do monumento).

- depois de concluído este processo, então o Estado Português poderia candidatar o Aqueducto das Águas Livres a "Património Mundial da Humanidade".

Mas tudo isto só será possível talvez no ano 2050. Até lá Lisboa vai cometer o erro de CONSTRUIR numa encosta que devia ser simplesmente uma extensão natural do Parque Florestal de Monsanto. Esperemos que pelo menos o Estado Português não nos envergonhe e entregue uma candidatura à Unesco enquanto o aqueducto estiver rodeado daquele cenário de terceiro mundo!

28.Designação: **Ministério da Educação na Avenida 24 de Julho**

Local: Avenida 24 de Julho, 134 a 142

Escala: 5

Evidência: C

Sugestões: Um colosso monótono, cinzento, burocrático até ao arrepio na espinha. Numa palavra: assustador! Parece a sede de algum governo de ditadura ou organização mafiosa. Urbanisticamente e arquitectonicamente: erro total de qualquer ponto que se olhe. Só se resolve com DEMOLIÇÃO TOTAL. Mas qualquer novo projecto para o local deveria inspirar-se na volumetria daquela frente urbana que sempre foi marcada por edifícios baixos de armazéns ligados ao porto de Lisboa. E nunca repetir uma fachada longa e sem variações como a que lá está. Só de pensar no edifício já estou deprimido.

30.Designação: **Tribunal de Instrução Criminal e Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa**

Local: Rua Gomes Freire, 18 (Campo dos Mártires da Pátria)

Escala: 5

Evidência: C

Sugestões: Este edifício é mesmo uma típica ironia lisboeta. Um tribunal que investiga crimes, incluindo crimes contra o urbanismo e o património, está instalado num exemplo perfeito de um desses crimes! Como foi possível aprovar um projecto de um edifício com esta cêrcea e volumetria numa frente urbana histórica como aquela?! Sugiro que o próprio Tribunal de Instrução Criminal procure a resposta. Com este edifício só existe uma coisa a fazer: DEMOLIR! (alguém sabe em que ano foi o projecto aprovado?)

32.Designação: **parques junto do Palácio do Marquês de Tancos**

Local: Calçada de Marquês de Tancos / Freguesia de São Cristovão

Escala: 4

Evidência: D

Sugestões: De um lado está o antigo Mercado Municipal do Chão do Loureiro (sujo e abandonado) e do outro o antigo Palácio do Marquês de Tancos (em mau estado de conservação). Subir esta calçada, onde os passeios estão sempre ocupados com estacionamento selvagem (veja-se o estado em que se encontra o passeio!) é verdadeiramente uma vergonha para a cidade. Mas podia ser um prazer percorrer esta calçada...

EM ANEXO: 2 fotos dos passeios da Calçada do Marquês de Tancos (mesmo junto ao antigo Palácio do Marquês de Tancos, classificado "Imóvel de Interesse Público")

33.Designação: Escadinhas do Duque

Local: Baixa de Lisboa....Liga a Calçada do Carmo ao Largo Trindade Coelho

Escala: 4

Evidência: E

Sugestões: As esplanadas ocuparam todos os patamares da calçada obrigando os transeuntes a circular por entre as mesas e as cadeiras quando têm espaço para isso. A Câmara sabe disso. A polícia Municipal sabe disso, mas nada faz

43.Designação: Passadeira rolante entre estações de Alcântara Mar e Alcântara Terra

Local: Alcântara

Escala: 4

Evidência: D

Sugestões: O objectivo deste equipamento - permitir aos utentes fazerem o percurso entre as estações de Alcântara Mar e Alcântara Terra de uma forma mais rápida - está totalmente ultrapassado, uma vez que a maioria das passadeiras se encontra desactivada. Aparentemente as causas são não só a falta de manutenção do equipamento, mas sobretudo ao vandalismo. O resultado é um "monte de ferro velho" inútil, que fere os olhos de quem por ali passa e que aparenta estar votado ao mais completo abandono, com zonas circundantes totalmente descuidadas, sujas e que, a certas horas, apresenta problemas de segurança aos utentes. Se o argumento de esta situação ser inaceitável para quem utiliza esta zona diariamente não é suficiente, então, a título de curiosidade, posso acrescentar que o primeiro troço da passadeira, entre a estação de Alcântara Mar e a Avenida das Índias, é utilizado anualmente por milhares de turistas chegam a Lisboa a bordo de paquetes que atracam nas Gares Marítimas da Rocha do Conde de Óbidos e de Alcântara, e que fazem esse percurso a caminho dos eléctricos para o centro da cidade. Como primeiro cartão de visita da cidade a um estrangeiro é verdadeiramente lamentável.

44.Designação: Interface de metro do campo grande

Local: Campo Grande

Escala: 4

Evidência: B

Sugestões: Zonas de circulação de peões sujas, desconfortáveis e cheias de grafitis, especialmente nas superfícies vidradas. Falta de segurança por mau desenho dos espaços (cheios de recantos). Matagal por baixo dos viadutos, que bem podia ser utilizado para estacionamento (pago, claro!)

47.Designação: Zona Parque Mayer

Local: Lisboa - Baixa

Escala: 5

Evidência: D

Sugestões:

51.Designação: Canil Municipal de Lisboa

Local: Monsanto

Escala: 3

Evidência: E

Sugestões: Na minha opinião não há nada mais deprimente nesta linda cidade que é Lisboa, do que o Canil Municipal.

A situação é digna de filme de terror, isto só mostra um atraso social de séculos.

Os animais são mantidos no local em condições insuportáveis das quais deixo alguns exemplos: Correntes tão curtas que o animal não chega à taça da comida, nem pode deitar a cabeça no chão; todos os dias são regados com água gelada supostamente para lavar o espaço; as taças de água é mais frequente terem urina do que água; são frequentemente maltratados pelos funcionários; os gatos são agarrados com tenazes pelas orelhas ou pelas patas; este espaço não me chegaria para indicar todas as atrocidades.

O vereador responsável pelo Canil já afirmou que estes animais se encontram bem e que a culpa é de quem os abandona. Não posso deixar de concordar a culpa é de quem os abandona, mas a partir do momento que dão entrada no Canil a culpa é única e exclusivamente de quem ali manda e de quem ali trabalha. Tira-los da rua para irem para aquela tortura não vale a pena.

Faço o mesmo apelo que o vereador: visitem este espaço para verem com os próprios olhos as condições, e aproveito para convidar o próprio Vereador que decerto nunca lá foi, pois só não conhecendo pode afirmar que os animais ali recolhidos estão em boas condições.

Não posso deixar de felicitar esta iniciativa de denuncia das situações lamentáveis da nossa cidade, e espero que sirva mesmo para solucionar alguns destes casos e não apenas como muro de lamentações

52.Designação: **Piscina dos Olivais**

Local:

Escala: 4

Evidência: D

Sugestões: Este complexo possui, todas as infra-estruturas sociais e desportivas, como diversas piscinas, campos de ténis, futebol, parque infantil, ginásio, pavilhão, esplanadas. Está encerrado! A única coisa que deixaram a funcionar foi o bebedouro.

55.Designação: **eixo desde Santa-Apolónia ao Parque das Nações**

Local: eixo desde Santa-Apolónia ao Parque das Nações

Escala: 3

Evidência: A

Sugestões: Atestado de atraso, pois se a direcção da cidade tivesse algum pulso criativo e sensibilidade artística, já teria cedido todos aqueles armazéns devolutos aos inúmeros artistas e entidades culturais que ou trabalham nesta cidade em locais minúsculos ou no caso das pessoas singulares, optam por emigrarem para cidades que os acolhem em melhores condições (como o caso do êxodo de artistas plásticos para Berlim).

56.Designação: **Almirante Reis/ Rua da Palma - do Martim Moniz à Alameda**

Local:

Escala: 5

Evidência: F

Sugestões:

57.Designação: **Circulação e estacionamento na Rua Penha de França**

Local: Penha de França

Escala: 3

Evidência: E

Sugestões: Nesta rua está o comando da PSP, o que não invalida os maiores atropelos ao código de estrada:

- estacionamento em cima do passeio
- estacionamento em 2º fila
- excesso de velocidade (essencialmente á noite)

Sugestões:

- Pilaretes nos passeios
- Lombas no percurso paralelo ao muro do Comando da PSP (juntoa 2 infantários)
- Estacionamento para residentes (por exemplo aproveitamento de prédios abandonados em frente ao miradouro do Monte Agudo)

58.Designação: **Chafariz do Rio Seco e Chafariz da Travessa do Chafariz**

Local: Largo do Rio Seco

Escala: 4

Evidência: C

Sugestões: Está descontextualizado após lhe terem demolido o seu muro de transporte de água e que ia ligar ao chafariz situado mais acima (Chafariz da Travessa do Chafariz) , que se não tiverem os dois chafarizes e o muro restante uma recuperação urgente correm o risco de serem ambos demolidos por má sinalização e muita degradação e por se encontrarem perto de casas devolutas, passam despercebidos.

Estão ambos também muito sujos, servindo até de depósito de lixo com muita frequência. Ao lado do chafariz do Rio Seco está um barracão (antigo mercado) que só serve para o encobrir e ter ratos. Do lado contrário da Rua do Rio Seco existem uns fornos de cal antigos que podiam ser preservados tentando reformular apenas a envolvente. Tudo porque já foi indevidamente demolido muito do Património aqui por falta de conhecimento. A zona podia ser requalificada e muito vendável no futuro. Tem casas com fachadas antigas, devolutas, nomeadamente a Rua Silva Porto.

60. Designação: **Miradouro do Monte Agudo**

Local: Rua Heliodoro Salgado e R. Ilha do Príncipe

Escala: 4

Evidência: A

Sugestões: Requalificar o espaço:

- proibir a entrada de automóveis (é o único miradouro/estacionamento de Lisboa)
- restaurar o painel de azulejos
- criar espaço infantil
- criar esplanada
- garantir limpeza regular

61.Designação: **Avenida José Malhoa**

Local: Avenida José Malhoa

Escala: 3

Evidência: A

Sugestões: Nesta avenida não existem árvores de alinhamento. Algo muito estranho que não acontece nem em países do 3º mundo. As árvores de alinhamento são uma regra fundamental no urbanismo e valorizadora da arquitectura. Na av. José Malhoa a introdução de árvores de folha caduca de grande porte valorizaria a arquitectura local, visto ser de grande escala e iria suprimir o vazio existente, e por conseguinte uma vivência mais humana do espaço. Brevemente enviarei fotos da situação actual e também com árvores(fotomontagem).

63.Designação: **Rua Infante D. Pedro que seria melhor chamar de Beco Infante D. Pedro**

Local: Alvalade - Bairro de S. Miguel

Escala: 4

Evidência: A

Sugestões: é uma rua interrompida a meio; uma parte vai dar ao hotel Roma, no meio estão estão edificações antigas já abandonadas, as instalações da Colectividade Ramiro José e do lado de Entrecampos a Rua Infante D. Pedro termina num beco sem saída desolado, tórrido no Verão. Enquanto não sabem o que fazer do sítio, poderiam plantar árvores e fazer uma praca agradável.

65. Local: Antigas zonas industriais de Alcântara

Escala: 5

Evidência: A

Sugestões: Não se trata de Bagdad nem Beirute, mas sim de Lisboa (Fevereiro de 2007). Na ânsia de criar factos consumados, o executivo municipal anterior autorizou a demolição extensiva destas áreas, mesmo antes de ter um plano aprovado para o local. Entretanto, com tudo aquilo ilegal, continuamos á espera do tal plano.

71. Designação: Edifício junto ao Palladium nos Restauradores

Local: Restauradores Lisboa

Escala: 5

Evidência: C

Sugestões: Horrível, a única solução q vejo é mandar abaixo e construir um do tamanho dos do lado. Um autentico "Cancro" em plena Lisboa. Gostava de ver alguém com coragem para comprar aquilo, e mandar abaixo.

Foto: Marco Sousa

72. Designação: "Lago dos excrementos" no lugar do Cais das Colunas

Local: Praça do Comércio

Escala: 5

Evidência: F

Sugestões: De uma extensa lista de locais, considero-o o mais representativo daquilo que se chama na gíria de "coisas finas em mãos grossas". Em qualquer país culto do mundo aquela Praça estaria um brinquinho, ou pelo menos haveria urgência em resolver a situação. Aqui, pelo contrário, parece que se faz gala em mostrar o feio, porco e mau... É mais que deprimente. Há quantos anos aquilo ali está? E porquê?

74. Designação: Calçada de Carriche

Local:

- Ocultar texto das mensagens anteriores -

Escala: 5

Evidência: F

Sugestões:

75. Designação: campo de tiro

Local: Parque florestal de Monsanto

Escala: 3

Evidência: C

Sugestões: pela falta de bom senso, pela falta de segurança...

Fotos: *Clube Português de Tiro a Chumbo*

79. Designação: A zona entre o Rossio e a Calçada do Duque

Local: Zona entre o Rossio e a Calçada do Duque

Escala: 4

Evidência: D

Sugestões: Quem vai do Rossio para as escadinhas do Duque atravessa uma zona suja, malcheirosa,

tropeça em garrafas vazias deixadas pelos sem-abrigo que ali vivem, e ainda leva com os tapumes das eternas obras da Estação do Rossio, cartazes colados por toda a parte e a musiqueta da esplanada no início da calçada, que guincha, nos dias bons, Quim Barreiros. Caso queira ir ao Pingo Doce, prepare-se para atravessar a barreira de vagabundos acompanhados pelos seus cães e garrafas de vinho, que montam guarda à porta. É mesmo de fugir. E ao lado do Rossio!!

80. Caros Senhores e Senhoras do Fórum Cidadania Lisboa,
Envio em anexo fotografias da **Rotunda das Olaias**.

Para mim, um exemplo de Lisboa Deprimente.

Esta zona encontra-se nestas condições deprimentes desde 1975 data em que ficou concluída a primeira fase da, igualmente deprimente, urbanização da "Encosta das Olaias" (da autoria do arquitecto Tomás Taveira). Nunca foi feito um arranjo paisagístico da envolvente. Em 1995 foi inaugurado o gigante de 300 quartos chamado "Hotel Altis Pak", uma unidade de 4 estrelas com vista para o caos urbano de Chelas. Este hotel merece também o título de "deprimente". Na verdade, onde parar? Toda esta zona entre a Rotunda das Olaias até Chelas, Beato e Marvila é deprimente. Não existe plano ou ordem. Tudo é regido pela lei da ilegalidade, da mediocridade e do abandono.

87. Local: Antigo **Cinema Restelo**

(Cinema por Pingo Doce e Arquitectura dos anos 30 por... isto.)

88. Designação: **Parque de estacionamento de São Vicente-de-Fora**

Local: Largo de São Vicente

Escala: 4

Evidência: F

Sugestões: Tal como se acabou com o parque de estacionamento do Largo de São Carlos no Chiado, também aqui devia ser feito o mesmo. A entrada de um conjunto monumental tão importante como a Igreja e Paço de São Vicente-de-Fora devia estar livre de viaturas automóveis. Envergonha a cidade ver como todos os anos milhares de turistas precisam de negociar um labirinto de carros para conseguirem entrar neste Monumento Nacional. Queremos este LARGO devolvido às pessoas e à Igreja de São Vicente-de-Fora.

89. Designação: **Chafariz da Rua do Século**

Local: Rua do Século

Escala: 4

Evidência: C

Sugestões: O contexto deste monumento do século XVIII foi severamente apunhalado quando a CML autorizou, na década de 70 do século XX, a construção de um prédio de 8 pisos mesmo por cima do chafariz atribuído a Carlos Mardel. Como apreciar verdadeiramente aquele espaço Barroco com o seu elegante chafariz quando temos uma "mais que intrusiva" presença? Uma vergonha. Este é definitivamente um edifício a demolir. Não vejo maneira de resolver o impacto negativo para o chafariz (classificado Monumento Nacional). Para além deste problemático vizinhança, toda a envolvente imediata do chafariz precisa de atenção: grafittis, lixo, buracos, carros em cima dos passeios... enfim, mais um cenário deprimente.

90. Designação: **Prédio de 8 pisos junto da Casa-Museu Amália Rodrigues**

Local: Rua de São Bento, 199

Escala: 4

Evidência: C

Sugestões: A herança da década de 70 tem mesmo um custo enorme para a cidade de Lisboa. Para mim, este prédio de habitação é um verdadeiro "Case Study" de um problema recorrente em toda a

cidade antiga. Na maioria dos casos são edifícios sem respeito algum pelo contexto envolvente: cércas altas que introduzem uma ruptura violenta em fentes urbanas históricas consolidadas; fachadas com linguagem autista. Na grande maioria dos casos não existe qualquer mais valia em termos arquitectónicos uma vez que, lamentavelmente, os projectos de arquitectura eram mesmo muito maus. Este caso é particularmente monstruoso pois está localizado numa frente urbana de grande valor patrimonial. A Rua de São Bento constitui também um dos principais acessos ao Palácio de São Bento - Assembleia Nacional, ter este erro mesmo a meio da Rua de São Bento é uma vergonha para Lisboa. Por último, e como uma desgraça nunca vem só, refira-se o facto de a CASA-MUSEU AMÁLIA RODRIGUES ficar mesmo ao lado desta aberração. Dupla vergonha para Lisboa! Durante quantos anos teremos que enfrentar este monstro urbanístico da Rua de São Bento...?

91. Designação: **Cogumelos atrás da Alameda**

Local: Alameda

Escala: 5

Evidência: A

Sugestões: A fonte luminosa é de facto imponente, pela sua dimensão, por estar localizada no topo de uma zona ampla e inclinada.

No entanto houve alguém que se lembrou de por dois monos (com as inevitáveis marquises) para que se notasse a sua bela...vulgaridade e mau gosto.

92. Designação: **Quarteirão da Cervejaria Portugália**

Local: Almirante Reis

Escala: 5

Evidência: D

Sugestões: O quarteirão da cervejaria Portugália (a original, não se trata das filiais que foram abrindo) é realmente deprimente:

Quam sai da cervejaria e desce a Almirante Reis depara-se com:

- a antiga fábrica com os azulejos tapados pela porcaria, e com aspecto abandonado. Julgo que se trata de um local com inegável valor histórico e patrimonial
 - a porta do edifício seguinte (que já foi de escritórios) é ocupada em permanência por sem-abrigo que deixam o local num estado lastimável, já que ali comem, dormem e fazem as necessidades
 - a seguir aparece um centro comercial surreal, em péssimo estado de conservação, com imensas lojas desocupadas
 - Apesar de ser um zona concessionada à EMEL existe sempre um arrumador de serviço
- Curiosamente foi por estas bandas que há tempos foi roubada uma ambulância so INE.

93. Designação: **Hotel Holiday Inn e Centro Comercial João de Deus - Av. Ant José de Almeida**

Local: Av. Ant José de Almeida

Escala: 5

Evidência: A

Sugestões: Dois mamarachos que descaracterizaram completamente o local, quer em altura que pelo estilo agressivo.

Não conheço o processo de construção de ambos os edifícios (o Centro Comercial bem mais antigo), mas certamente devem ter uma triste história para contar

Estes 2 edifícios-OVNI predeceram as torres OVNI do IST, ali bem perto...

94. Designação: **Largo da Oliveirinha**

Local: Lisboa (a meio da Calçada da Glória).

Escala: 3

Evidência: D

Sugestões: O sítio é demasiado turístico para uma situação daquelas em tão prolongado prazo. As

máquinas fotográficas estrangeiras estarão sempre a postos para acsos destes. Aí uma das explicações para a péssima classificação de Lisboa internacionalmente.

101. **Prédio de 11 pisos junto da Casa Viscondes de Valmor**

Local: Avenida da República, 42

Escala: 5

Evidência: A

Sugestões: Ao lado da Casa Viscondes de Valmor na Av. da República, 38 (1905, Arq. Ventura Terra) - Prémio Valmor 1906; Imóvel de Interesse Público; Classificação Camarária - a CML autorizou, na década de 70, a construção de um edifício com 11 pisos (Av. da República, 42)! O resultado está à vista: entre os dois pisos da elegante Casa Visc. Valmor e os 11 pisos do novo edifício há uma grande diferença de cêrcea. Parte do caos da frente urbana da Av. República/Cp Grande advém da desordem das cêrceas. Para que servem as leis!? O que fazer perante tanto caos urbano? A CML acredita que é fazendo subir as cêrceas dos imóveis mais baixos. E pq não fazer descer as cêrceas de alguns dos imóveis demasiado altos, como o número 42 da Av. da República?

102. **Palácio que pertenceu aos Almadás**

Local: Largo do Conde Barão

Escala: 4

Evidência: D

Sugestões: Palácio que pertenceu aos Almadás, provedores da Casa da Índia; classificado Monumento Nacional desde 1919; verdadeira raridade do património de Lisboa pois é o único palácio, no centro de Lisboa, com um pátio renascentista que sobreviveu ao terramoto de 1755. "Construído no séc. XVI, o Palácio foi sofrendo algumas alterações estruturais e decorativas que lhe modificaram a original feição renascentista, a par da qual predomina a barroca.

De planta rectangular e volumetria escalonada coberta por telhados a duas águas, as fachadas apresentam três pisos, possuindo os dois últimos janelas de sacada. Transpondo-se a porta, de corpo estreito, passando por um túnel abobadado, chega-se ao pátio interior, cujo primeiro piso constituirá a zona de todo o conjunto que mais elementos renascentistas mantém. De planta igualmente rectangular, os seus lados maiores desenvolvem-se em quatro tramos de arcos abatidos assentes em colunas, cujos capitéis possuem uma decoração tipicamente renascentista, vegetalista e antropomórfica. É, precisamente, a partir deste recinto interior que se acede aos pisos superiores mediante uma escadaria monumental." (in www.IGESPAR.pt)

Quando uma capital deixa uma preciosidade destas atingir tal grau de degradação é porque estamos perante uma sociedade decadente, perdida, sem valores, sem auto-estima.

103. **Prédios desfigurados com marquises**

Local: Campo Grande e Avenida da República

Escala: 4

Evidência: G

Sugestões: Estes prédios da década de 70 já por natureza são arquitectonicamente pobres, com fachadas sem imaginação nem pormenorização cuidada. Foi o início da especulação irresponsável dos lotes das avenidas novas. Mas os lisboetas, nas décadas seguintes de 80 e 90, conseguiram transformar estes prédios em verdadeiras anomalias urbanas, em objectos absolutamente de terceiro mundo! De prédios banais passaram a monstros na cidade. E isto acontece desde o bairro / rua mais pobre até à avenida mais cara da capital. Explicação: a paupérrima cultura arquitectonica e urbana dos portugueses; a ausência de fiscalização das autoridades municipais; e a falta de uma politica de sensibilização cultural tanto da parte das autarquias como do Estado.

Já que as autoridades se têm revelado totalmente incapazes de travar este problema de Lisboa, talvez seja boa ideia lançar uma campanha internacional do tipo "Lisboa, Capital da Marquise Ilegal"!

XII. Questionário de resposta obrigatória

1. Concorda com transformação das alas não classificadas do Museu do Traje e do Museu do Azulejo em unidades hoteleiras de “charme”? Sim Não
2. Concorda com a venda e transformação de todo o quarteirão da pastelaria Suíça em unidade hoteleira, com aumento do número de pisos e estacionamento subterrâneo? Sim Não
3. Concorda com a construção da “Circular das Colinas”, nomeadamente a execução dos túneis da Estrela e da Penha de França/Monte Agudo? Sim Não
4. Concorda com a construção de um parque de estacionamento subterrâneo no Largo do Príncipe Real? Sim Não
5. Concorda com a construção de um parque de estacionamento subterrâneo na Avenida da Igreja? Sim Não
6. Concorda com a implementação de referendos sobre assuntos que alterem de alguma forma a cidade ou alguma das suas referências? Sim Não
7. Concorda com a reabertura de algumas linhas de eléctrico? Sim Não
8. Concorda com o projecto de Alcântara-Terra? Sim Não
9. Concorda com o projecto de Alcântara XXI? Sim Não
10. Concorda com o projecto de Vale de Santo António? Sim Não
11. Concorda c/ aumento terminal contentores em Alcântara? Sim Não
12. Concorda com o novo terminal de cruzeiros em Santa Apolónia? Sim Não
13. Concorda com o fecho do IPO e consequente urbanização? Sim Não
14. Concorda com o fecho do D. Estefânea e consequente urbanização? Sim Não
15. Concorda com o fecho do Miguel Bombarda e consequente urbanização? Sim Não
16. Concorda com o fecho dos Capuchos e consequente urbanização? Sim Não
17. Concorda com a Via da Meia-Encosta? Sim Não
18. Concorda com o esvaziamento do subsolo na Baixa Pombalina para linha de metro das colinas, e estacionamento subterrâneo no Cp. Das Cebolas, Lg. Corpo Santo e Terreiro do Paço? Sim Não

19. Concorda com o **PUALZE**, nomeadamente o esventramento do subsolo na Avenida para estacionamento subterrâneo, logradouros da Rua do Salitre e aposta na tercearização?
Sim Não
20. Concorda com o Plano de Pormenor da **Ajuda** (destruição da Alameda dos Pinheiros e construção de urbanizações a sul do Palácio)? Sim Não
21. Concorda com o Plano de Pormenor de **Campolide** (destruição da Penitenciária, urbanização, machadada final no «Corredor Verde»? Sim Não
22. Concorda com o Plano de Pormenor do **Palacete Ribeiro da Cunha** (esventramento do logradouro, construção ilegal porque viola o perímetro de protecção de um MN, o Jardim Botânico)? Sim Não
23. Concorda com o Plano de Pormenor **da Colina do Atheneu** (na calha a destruição da mancha verde e jardim suspenso de palácio anexo)? Sim Não
24. Concorda com o plano de **aumento das cérceas nas Av. Fontes Pereira de Melo e Avenida Duque de Loulé**? Sim Não
25. Concorda com a construção de **túneis sob a Av. Fontes Pereira de Melo e Pr. Dq. Saldanha**?
Sim Não
26. Concorda com a transformação do **Parque Periférico** em "Urbanizável"? Sim Não
27. Concorda com o projecto **Torre Compave/Boffil** nas Picoas? Sim Não
28. Concorda com projecto **Renzo Piano / Braço de Prata**? Sim Não
29. Concorda com o projecto **Norman Foster / Boavista**? Sim Não
30. Concorda com a extinção do **Museu de Arte Popular**? Sim Não